

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do Diario de Lisboa, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o Diario de Lisboa.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria d'estado—1.ª Repartição

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geras decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º A aguardente estrangeira que pelo alcometro de Cartier marcar até trinta e tres graus pagará o direito de 1\$500 réis por almude.

§ 1.º A aguardente estrangeira importada em garrafas ou botijas, e toda a que marcar mais de trinta e tres graus pelo mesmo alcometro, pagará o direito de 2\$000 réis por almude.

§ 2.º O governo designará as alfandegas tanto de portos de mar como de portos seccos, pelas quaes este genero pôde ser admitido a despacho.

Art. 2.º As fazendas estrangeiras não especificadas na tabella de exportação e reexportação ficarão sujeitas, quando forem reexportadas, ao pagamento de 1 por cento ad valorem.

Art. 3.º As isenções de direitos de tonelagem, concedidas aos navios francezes pelo artigo 14.º do tratado de commercio com a França, confirmado pela carta de ratificação de 2 de setembro de 1853, serão extensivas nos casos previstos no citado artigo, e nos mesmos termos, aos navios portuguezes e aos estrangeiros, que em virtude dos respectivos tratados deverem gosar de iguaes vantagens.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario. Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como n'ella se contém.

Os ministros secretarios d'estado dos negocios da fazenda e das obras publicas, commercio e industria, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 28 de maio de 1860.—EL-REI, com rubrica e guarda.—José Maria do Casal Ribeiro—Antonio de Serpa Pimentel.—Logar do sello das armas reais.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geras de 25 do corrente mez, que estabeleceu o direito que deve pagar a aguardente estrangeira que for importada; determina que as fazendas estrangeiras não especificadas na tabella de exportação e reexportação fiquem sujeitas, quando forem reexportadas, ao pagamento de 1 por cento ad valorem; e prescreve os termos em que as isenções de direitos de tonelagem concedidas aos navios francezes devem ser extensivas aos navios portuguezes e estrangeiros; manda cumprir e guardar o referido decreto como n'ello se contém, pela forma retida declarada.—Para Vossa Magestade ver.—João Augusto Luzarte a fez.

DIRECCAO GERAL DOS PROPRIOES NACIONAES

1.ª Repartição

Relação dos foreiros que pediram remir fôros que pagam a fazenda nacional, e que foram deferidos na semana proxima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do decreto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados das datas dos respectivos despachos.

Emphyteuta conde e condessa de Bertandões—fôro de 860 réis, cinco razas e meia de trigo, trinta e duas razas de meado, doze almudes de vinho, uma marrã, e quatro galinhas e meia—despacho de 21 de maio de 1860.

Dito, Francisco Alberto dos Santos—fôro de 16\$500 réis—idem.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 28 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 20

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 25 de maio de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

POR DECRETOS DE 22 DO CORRENTE MEZ

Batalhão de caçadores n.º 4

Tenente, com a antiguidade de 13 de abril ultimo, o alferes Pedro Freire de Almeida, por se achar habilitado com o curso de engenharia, e ter completado dois annos de serviço no posto de alferes, na conformidade do disposto nos artigos 36.º do decreto de 12 de janeiro de 1837, e 1.º das cartas de lei de 7 de agosto de 1854, e do 1.º de março de 1858.

Regimento de infantaria n.º 5

Tenente graduado, o tenente graduado de infantaria em disponibilidade, Henrique Carlos Henriques.

Commissões activas

O tenente graduado do batalhão de caçadores n.º 2, Vicente Maria Pires da Gama, e o alferes de infantaria em disponibilidade, Thomás José David Henriques, que se acham servindo em commissões no ministerio das obras publicas.

POR DECRETO DE 23 DO DITO MRZ

Estado maior de artilheria

Primeiro tenente, o primeiro tenente graduado, Firmino Antonio Pereira Leite.

2.º regimento de artilheria

Capitão da 3.ª bateria, o primeiro tenente, Francisco Maria da Cunha.

Capitão da 5.ª bateria, o primeiro tenente do estado maior da mesma arma, Guilherme Quintino Lopes de Macedo.

Commissões activas

Capitão, o primeiro tenente de artilheria, José Venancio da Costa.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei: Batalhão de caçadores n.º 1

Alferes, o alferes do regimento de infantaria n.º 16, Francisco de Paula Xavier.

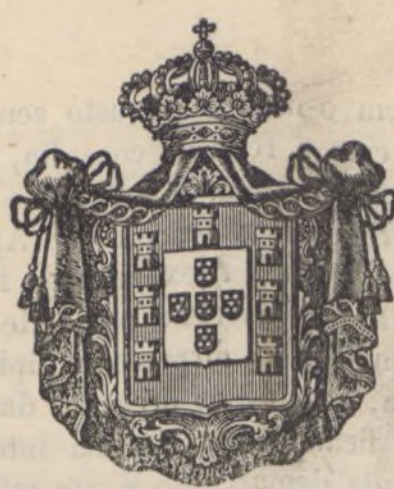
Batalhão de caçadores n.º 2

Tenente, o tenente do batalhão de caçadores n.º 6, José Henriques da Costa.

Alferes, o alferes do batalhão de caçadores n.º 5, Manuel Maria de Portugal.

Batalhão de caçadores n.º 5

Alferes, o alferes do batalhão de caçadores n.º 2, Augusto Cesar Bon de Sousa.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	\$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do Diario de Lisboa, rua Augusta n.º 224 e 226.

Regimento de infantaria n.º 7

Alferes, o alferes do batalhão de caçadores n.º 4, Antonio Xavier de Abreu Castello Branco.

Regimento de infantaria n.º 16

Tenente graduado, o tenente graduado do regimento de infantaria n.º 17, Joaquim Augusto Mascarenhas Bastos.

Alferes, o alferes do batalhão de caçadores n.º 1, Antonio Avelino de Castro Guedes.

Postos e vencimentos mensaes com que ficaram os officiaes abaixo mencionados, a quem, no mez de abril ultimo, foram reguladas as reformas, que lhes haviam sido conferidas.

Maior, com 38\$000 réis, o capitão quartel mestre, João da Matta Ferreira, reformado pela ordem do exercito n.º 42 de 23 de setembro do anno proximo passado; alferes, com 12\$000 réis, o alferes, Antonio Manuel Pinto, reformado pela ordem do exercito n.º 12 de 21 de setembro de 1857.

Declara-se o seguinte:

Que o capitão do batalhão de caçadores n.º 5, João Pinto Carneiro, se apresentou para o serviço no dia 18 do corrente mez, estando gosando licença registrada que terminava no dia 5 de junho proximo futuro.

Licenças registradas concedidas aos officiaes abaixo mencionados

Ao alferes do batalhão de caçadores n.º 5, Albi-

no Candido de Almeida, cinco mezes.

Ao tenente quartel mestre do regimento de cavallaria n.º 1, Balthazar Jacinto Cardoso Cesar, prorrogação por trinta dias.

Errata.—Na ordem do exercito n.º 17 de 2 de maio de 1860, na pag. 2, lin. 15, onde se lê—por decretos de 25 do corrente mez—leia-se—por decretos de 25 do mez proximo passado.—Visconde da Senhora da Luz.

Está conforme.—O chefe interno da 1.ª direcção, D. Antonio José de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

N.º 49

Repartição do chefe do estado maior da marinha, em 5 de maio de 1860

ORDEN DA ARMADA

S. ex.ª o sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e do ultramar manda publicar a armada o seguinte:

Portaria de 20 de abril:

CORPO DE MARINHEIROS DA ARMADA REAL

Subalternos, os segundos tenentes da armada João de Bittencourt e Mello, embarcado na corveta Sagres, e Antonio Eleuterio Dantas no vapor Mindello, para o fim de serem encarregados dos destacamentos do corpo de marinheiros que guarnecem os referidos navios.

Officio de 27:

Comunicando ter sido levantado o bloqueio das forças navaes hespanholas nos portos marroquinos.

Officios de 3 do corrente:

Remettendo copia do decreto de 26 de abril ultimo, pelo qual foi promovido a aspirante de 1.ª classe da extincta contadoria fiscal da marinha, addido ao corpo de veteranos, Antonio Candido de Mesquita, a official da sobriedade contadoria fiscal, ficando igualmente addido ao referido corpo.

Concedendo a licença solicitada pelo primeiro tenente da armada Carlos Testa, segundo tenente Antonio de Sampaio Pina de Brederode, e pelo segundo official graduado da 3.ª direcção da secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar Antonio Leite da Cunha, para aceitarem a mercê de cavalleiros da real ordem de Albertus Animuus, com que foram agraciados por sua magestade el-rei da Saxonia, permitindo-lhes outrossim usarem da referida insignia.

Portarias de 4:

Mandando admitir na companhia de guardas marinhas, como aspirantes de 3.ª classe, os candidatos José Antonio Vieira e Luiz de Sousa Figueiredo, uma vez que satisficam aos requisitos da lei.

Ordenando se recomende ao intendente da marinha da cidade do Porto, e ao commandante do regimento do porto de Lisboa, a maior brevidade nos despachos do vapor Lisboa, pertencente á companhia Lusitania de navegação a vapor entre Lisboa e Porto, procedendo-se para com elle da mesma forma que com o vapor Lusitania da mesma companhia.

Concedendo homenagem na cidade, por se achar preso no seu quartel para responder em conselho de guerra, pela perda do brigue Mondego que commandou, ao primeiro tenente da armada José Severo Tavares.

REGULAMENTO DE SAUDE NAVAL

SECÇÃO III

Do serviço de saude a bordo dos navios do estado

CAPITULO I

DO SERVIÇO DOS CIRURGIÕES DA ARMADA

Artigo 176.º Os cirurgiões de divisão, assim como os de 1.ª e 2.ª classe da armada, embarcarão nos navios do estado, e servirão no hospital da marinha, no arsenal e outros estabelecimentos dependentes do ministerio da marinha e do ultramar, quando assim se julgar conveniente, e o governo o ordenar.

Art. 177.º Sempre que se reunir uma divisão ou estação naval, embarcará n'ella um cirurgião de divisão ou de 1.ª classe como cirurgião em chefe.

Art. 178.º O cirurgião que assim embarcar receberá do conselho de saude naval e do ultramar as ordens relativas ao seu serviço, e a bordo as receberá do chefe.

Art. 179.º O cirurgião em chefe apresentará á approvação do commandante as ordens e instrucções que julgar conveniente dirigir aos seus subordinados para manter a regularidade e bom desempenho no serviço medico a bordo, e conservar a saude das equipagens e a salubridade dos navios. Estas ordens serão dadas em nome do chefe.

Art. 180.º Observar-se-á o serviço dos officiaes de saude empregados em todos os navios da divisão ou estação, e communicar-se-á o resultado d'essas observações ao chefe e ao conselho de saude naval, logo que tiver oportunidade; mencionando tambem o juizo que fizer do zelo e capacidade dos cirurgiões seus subordinados.

Art. 181.º O cirurgião em chefe proporá ao commandante que os cirurgiões directores do serviço clinico a bordo dos navios da divisão ou estação o informem frequentemente do estado sanitario das embarcações; do estado e tratamento dos doentes; das medidas tomadas para conservar a saude das equipagens e a salubridade da divisão; do estado dos medicamentos, appositos, dietas e mais objectos embarcados para uso dos doentes; e de todas as novidades que occorrerem no serviço a seu cargo.

Art. 182.º Terá cuidado que não sejam mandados para os hospitais estrangeiros os doentes que poderão ser tratados a bordo sem prejuizo para elles ou para as tripulações.

Art. 183.º Se for necessario organizar um hospital a bordo de algum dos navios, fará parte da commissão que organizar esse serviço.

Art. 184.º Durante o combate o cirurgião em chefe estará na enfermaria do navio a que pertencer, e depois do combate visitará os navios, observando os feridos, e dando depois ao commandante um relatório em que mencione os seus nomes, gradações ou empregos, e seu estado de gravidade.

Art. 185.º Remetterá no fim de cada anno ao conselho uma estatística medico-cirurgica, e no fim da viagem um relatório circunstanciado com as observações e informações de que tratam os artigos antecedentes. Indicará tambem os melhoramentos que se possam effectuar no serviço a bordo.

Art. 186.º Nos navios do estado embarcarão os cirurgiões que pertencerem á sua lotação.

Art. 187.º As ordens para embarque passadas pelo conselho a qualquer cirurgião da armada serão por este apresentadas ao chefe do estado maior da marinha, e depois ao commandante do navio. As ordens para outro serviço serão apresentadas á 3.ª direcção do ministerio da marinha e do ultramar.

Art. 188.º O cirurgião mais graduado, e em igualdade de circumstancias o mais antigo, será o primeiro cirurgião, o terá a seu cargo os instrumentos cirurgicos. O menos graduado ou o mais moderno será o encarregado da botica e da preparação dos medicamentos.

Art. 189.º Haverá todos os dias visita de saude a uma hora determinada. Os doentes que precisarem ser abonados pela enfermaria terão baixa; os que poderão continuar a comer a ração de bordo serão dispensados do serviço, e se apresentarão á hora da visita para se lhes ordenar o tratamento. O primeiro cirurgião escreverá no caderno da visita os nomes de todos os doentes, o diagnostico, os symptomas mais notaveis e o tratamento.

Art. 190.º O primeiro cirurgião acompanhado pelos seus collegas fará a visita; o segundo fará o curativo.

Art. 191.º Depois da visita o primeiro cirurgião lançará no livro do recituario o resumo das formulas prescriptas no caderno da visita, seguindo quanto possa o formulario do hospital.

Art. 192.º As grandes operações pertencem ao primeiro cirurgião; as operações da pequena cirurgia ao segundo.

Art. 193.º As dietas serão requisitadas pelo primeiro cirurgião, e a agua pelo segundo (modelos n.º 30 e 31).

Art. 194.º Não se conservarão a bordo, sendo possivel, praças inúteis por molestias incuráveis; quando no serviço das estações houver doentes n'estas circumstancias o cirurgião avisará o commandante para que os mande para Lisboa, na primeira oportunidade. Estes doentes serão inspecionados, sempre que for possivel, por uma junta de saude.

Art. 195.º O cirurgião indicará nas baixas (modelo n.º 12) dos doentes que mandar para o hospital o nome da molestia, o tratamento feito, as informações que tenha colhido, e que possam concorrer para o seu tratamento.

Art. 196.º No porto de Lisboa, e nos portos nacionaes em que houver estações navaes, não serão tratados os doentes a bordo, excepto se as suas doenças forem tão ligeiras que os não impossibilitem de servir. Nos outros portos, quer sejam nacionaes ou estrangeiros, terão baixa ao hospital sómente aquellos doentes que o cirurgião julgar inconveniente tratar a bordo, do que dará parte circumstanciada ao conselho, no fim da viagem.

Art. 197.º Logo que em qualquer porto se reunirem tres ou mais cirurgiões embarcados, um d'elles estará do serviço para occorrer a qualquer accidente que se dê nas equipagens dos navios.

Art. 198.º O cirurgião acompanhará ao hospital os doentes que tiver tratado a bordo para ali dar conhecimento da marcha da doença de cada um d'elles, e dos remedios que lhes houver applicado. Esta disposição não prejudica o que está ordenado no artigo 195.º

Art. 199.º O cirurgião visitará repetidas vezes o hospital onde estiverem doentes do seu navio, e dará conta ao commandante do estado em que os encontram.

Art. 200.º O cirurgião inspecionará os individuos que saírem das prisões ou de outros logares suspeitos, e proporá ao commandante as medidas que então julgar necessarias.

Art. 201.º Visitará, quando chegarem a bordo, as praças que recolherem com alta do hospital para lhes arbitrar os dias de convalescença ou a isenção de alguns dos serviços de bordo, se assim for conveniente.

Art. 202.º Tomará nota dos doentes que forem tratados nos hospitais.

Art. 203.º Dará todos os dias ao official immediato um mappa (modelo n.º 32) mencionando as praças que tiverem baixa ou alta, e as que julgar deverem ser dispensadas do serviço. No mesmo mappa dará conta do estado sanitario da equipagem. Depois do navio fundear nos portos, mencionará tambem os doentes que devam ser tratados em terra.

Art. 204.º Indagará se existe a bordo algum germen de doenças contagiosas ou epidemicas, e proporá ao commandante as medidas necessarias, segundo o clima, e o estado da equipagem, para prevenir essas doenças e destruir a sua origem, se acaso se tiverem manifestado.

Art. 205.º Durante a viagem fará uma vez por semana uma inspecção sanitaria ás praças do seu navio.

Art. 206.º Se nos portos carecer de medicamentos, dietas e outros objectos necessarios aos doentes, fará ao commandante a respectiva requisição.

Art. 207.º As representações dos cirurgiões dirigidas ao commandante, ou ao seu immediato, serão sempre escriptas. Uma copia d'estas representações acompanhará o relatório da viagem.

Art. 208.º Logo que se reunirem dois ou mais navios, terá as attribuições, marcadas nos artigos 179.º a 185.º d'este capitulo, o cirurgião mais graduado, e examinará as requisições de medicamentos, appositos e utensilios, antes de as submeter á approvação do commandante.

Art. 209.º Quando o navio fizer provisão de agua, o cirurgião a examinará; e se n'ella reconhecer qualidades nocivas, proporá ao commandante a applicação dos meios que a sciencia indica para a melhora.

Art. 210.º No fim de cada commissão o cirurgião mandará ao conselho de saude naval e do ultramar um relatório, organizado segundo foi ordenado em portaria de 15 de outubro de 1856, e remetterá tambem o mappa do movimento dos doentes tratados a bordo e nos hospitais, os cadernos ou papeletas de visita e os livros de recituario.

Art. 211.º Compete ao cirurgião examinar os vives para fornecimento da guarnição, e assistir á sua inutilização quando forem julgados incapazes do consumo.

Art. 212.º Nos navios que tiverem mais de um facultativo de guarnição, o serviço marcado nos artigos 199.º, 200.º, 201.º, 202.º e 203.º será feito sómente pelo primeiro cirurgião.

Art. 213.º Todos os cirurgiões terão a bordo um exemplar do presente regulamento.

CAPITULO II

ESCALA DO SERVIÇO PARA OS CIRURGIÕES DE DIVISÃO, DE 1.ª E 2.ª CLASSE DA ARMADA

Art. 214.º O serviço dos cirurgiões será regulado por escala, não podendo d'elle isentar-se senão por causa de molestia verificada pelo conselho.

Art. 215.º As commissões de serviço serão divididas em quatro classes:

1.ª Estações de mais de dois annos em paragens em que reinem molestias endemicas ou epidemicas.

2.ª Viagens de longo curso.

3.ª Viagens nos mares da Europa.

4.ª Commissões de serviço no Tejo ou em Lisboa.

§ unico. As estações de menos de dois annos são equiparadas a viagens de longo curso.

Art. 216.º O conselho regulará a escala de serviço pelo numero, qualidade e tempo de duração das commissões em que os cirurgiões tiverem sido empregados, de modo tal que não possam novamente ser nomeados para commissões identicas, sem que ellas pertençam a todos os cirurgiões da armada, seguindo-se sempre a ordem inversa da tabella do serviço.

Art. 217.º Em igualdade de circumstancias o serviço pertencerá ao mais moderno.

Art. 218.º As commissões de serviço, de qualquer natureza que sejam, não durarão, sendo possivel, mais de tres annos.

Art. 219.º O conselho tomará em tempo opportuno as convenientes disposições para que se cumpram os artigos antecedentes.

CAPITULO III

DAS ENFERMIARIAS E BOTICAS A BORDO

Art. 220.º As enfermarias serão estabelecidas a bordo no local mais adequado. Nos navios em que não houver enfermaria será esta collocada no local que for designado pelo cirurgião, de accordo com o commandante.

Art. 221.º Objecto algum alheio ao serviço de saude será posto na enfermaria.

Art. 222.º Na cozinha haverá um local e fogão proprio para a preparação das dietas e remedios.

Art. 223.º As camas dos doentes serão feitas em catres suspensos, e cada uma terá a conveniente porção de roupas.

Art. 224.º Todos os navios terão um catre proprio para tratar fracturas de côxa.

Nomeado para encarregar da fragata *D. Fernando*, por ficar em meio armamento, o capitão tenente José Thompson, que servia de official immediato.

Mandado desembarcar da fragata *D. Fernando*, e recolher ao corpo de marinheiros, a que pertence, o segundo tenente da armada Agostinho José Maria da Motta.

Em 21:
Nomeado chefe da sua respectiva classe o capitão de mar e guerra Torcato José Marques.

Mandado passar com guia da fragata *D. Fernando* para a corveta *Estephania* o guarda marinha José Pedro de Abreu, e d'este navio para o vapor *Maria Anna* o guarda marinha Joaquim Eleuterio Cordeiro de Almeida.

Desembarcou da fragata *D. Fernando* o padre capellão João Joaquim da Costa e Almeida.

Em 23:

Mandado passar com guia da fragata *D. Fernando* para a corveta *Sagres* o cirurgião de divisão Francisco Antonio de Mattos; e d'este navio para a corveta *Estephania* o cirurgião de primeira classe Antonio Pinto Roquete.

Em 24:

Mandado abater do effectivo do corpo de marinheiros o segundo tenente da armada José Aleixo de Mendonça Cisneiros e Faria Junior.

Foi nomeado para servir na estação naval de Angola, na qualidade de escrivão, o aspirante da 3.ª direcção da secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar Rodrigo Antonio Pimentel Machado, o qual vae substituir o aspirante da mesma direcção Antonio Augusto de Azevedo Pinto.

Em 25:

Nomeado para servir de guarnição na corveta *Estephania* o segundo tenente da armada José Aleixo de Mendonça Cisneiros e Faria Junior.

Em 27:

Deu alta do hospital da marinha, e ficou prompto para o serviço, o segundo tenente da armada João Raphael da Silveira Bayão.

Em 30:

Apresentaram-se os seguintes officiaes, que pertenciam á guarnição do brigue *Mondego*: primeiro tenente, commandante, José Severo Tavares; segundos tenentes Miguel Antonio Raposo, José Feliciano de Castilho, Antonio Fernandes da Cunha, Francisco Augusto Santa Barbara, e Cesar Augusto de Campos Rodrigues.

Mandado recolher preso ao seu quartel, para responder em conselho de guerra, o primeiro tenente da armada José Severo Tavares, que foi commandante do brigue *Mondego*.

Em 2 do corrente:

Tomou posse da capitania do porto de Aveiro o capitão tenente da armada João Antonio de Sousa.

Em 3:

Nomeado para embarcar de guarnição no vapor *Infante D. Luiz*, que serve de registro do porto de Lisboa, o segundo tenente da armada João Raphael da Silveira Bayão.

Em 5:
Mandado desembarcar da corveta *Sagres*, e recolher ao corpo de marinheiros, a que pertence, o segundo tenente da armada João de Bittencourt e Mello.

Licenças

Por portaria de 25 de abril:
Ao capitão tenente da armada Antonio Correia da Silva Leotte, dois mezes para convalescer, que lhe foram arbitrados pela junta de saude naval em sessão de 20 de abril.

Por portaria de 4 do corrente:

Ao segundo tenente da armada João de Bittencourt e Mello, tres mezes, para tomar ares do campo, que lhe foram arbitrados pela junta de saude naval em sessão de 2 do corrente.

O chefe do estado maior da marinha, Soares Franco.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA
Repartição do commercio e industria
2.ª Secção

Attendendo ao que me representou William Collet Homersham, residente em Londres, pedindo privilegio como inventor de uma *machina fluctuante para quequerar e reparar navios no mar, rios e canaes, denominada Homersham's floating gridiron, isto é, grelha fluctuante de Homersham*, pelo tempo que lhe falta para fruir a patente que para o mesmo objecto lhe foi concedida em Inglaterra em 24 de janeiro do anno findo;

Visto o decreto de 31 de dezembro de 1852; e considerando que o requerente satisfaz todas as suas prescripções: hei por bem conceder ao dito William Collet Homersham a patente de inventor para o fim acima indicado, e pelo referido prazo, durante o qual os seus direitos de propriedade ao dito invento ficam sob guarda e defensão da lei, sendo a patente concedida sem exame previo, e sem garantia da realidade, prioridade, nem merecimento do objecto a que diz respeito; pelo que ficam salvos os direitos de terceiro, e o requerente sujeito ás obrigações e clausulas contidas no citado decreto, e ao previo pagamento dos direitos que dever, passando-se-lhe diploma pelo ministerio das obras publicas, commercio e industria.

O ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 15 de maio de 1860.—REI.—Antonio de Serpa Pimentel.

Para conhecimento do publico, e principalmente da classe industrial, se declara que n'esta data se remette para o instituto industrial de Lisboa, na conformidade da disposição do artigo 25.º do decreto de 31 de dezembro de 1852, o duplicado do desenho e descripção do privilegio concedido a William Collet Homersham para uma *machina fluctuante para quequerar e reparar navios no mar, rios e canaes, denominada Homersham's floating gridiron, isto é, grelha fluctuante de Homersham*, não só para a necessaria instrucção dos industriaes, mas tambem para os effectos legais que resultam do já citado decreto que regula a concessão dos privilegios.

Repartição do commercio e industria, 28 de maio de 1860.—João Palha de Faria Lacorda.

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas—2.ª Secção

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o requerimento em que Luiz Alexandre de Bache, como cessionario de Pedro José Rodrigues Teixeira, e Domingos Dias Sequeira, pede que, nos termos da lei de 31 de dezembro de 1852 e respectivo regulamento de 9 de dezembro de 1853, se lhe faça a concessão provisória da mina de antimonio, sita em Cortes Pereira, freguezia e concelho de Alcoutim, districto de Faro.

Considerando que Pedro José Rodrigues Teixeira, e Domingos Dias Sequeira, foram reconhecidos como proprietarios legaes da descoberta da referida mina, por portaria de 22 de dezembro ultimo.

Considerando que pela escriptura publica lavrada nas notas do tabellão José Antonio de Torres, na villa de Alcoutim, aos 13 de fevereiro do corrente anno, cederam e transferiram Pedro José Rodrigues Teixeira, e Domingos Dias Sequeira, para Luiz Alexandre de Bache, todos os direitos que ti-

nam como descobridores legaes da mencionada mina de antimonio de Cortes Pereira;

Considerando que o supplicante apresentou os documentos necessarios para comprovar a habilitação dos fundos precisos para a lavra da dita mina;

Considerando que tendo sido affixados no mencionado concelho, e publicados no *Diario de Lisboa*, os editos de que trata o artigo 60.º do regulamento de minas de 9 de dezembro de 1853, nenhuma reclamação se apresentára contra a concessão pedida;

Vista a consulta a este respeito havida do conselho de minas, na qual o mesmo conselho julgou satisfeitos todos os preceitos da lei e habilitado o requerente para obter a concessão provisória da referida mina;

Paço, em 24 de maio de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para Luiz Alexandre de Bache.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa do movimento dos cereaes, e seus preços, em maio de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Mollos	Alq.	Mollos	Alq.	Mollos	Alq.	Mollos	Alq.	Mollos	Alq.
Dia 22	(Entrada)	(nacionais)	6	10	—	—	44	50	—	51	—
		(estrangeiros)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	(nacionais)	46	30	24	31	39	58	—	—	—
		(estrangeiros)	298	28	2	—	16	—	—	—	—
Existencia			16.830	14	537	6	889	59	568	36	260
Dia 23	(Entrada)	(nacionais)	—	—	1	—	183	50	—	27	16
		(estrangeiros)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	(Saída)	(nacionais)	26	26	2	—	39	18	—	11	16
		(estrangeiros)	209	47	12	4	8	—	—	2	51
Existencia			16.607	30	524	2	1.030	31	477	14	367
Preços			620 a 760		380 a 420		440 a 500		—		—

Repartição de agricultura, em 26 de maio de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

SECÇÃO DO CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 9 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 27 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento d'este anno, n.º 88, em que são recorrentes: 1.º, Isabel Sousa, por seu filho Antonio, da freguezia da Zibreira; 2.º, Antonio Gerardes, por seu filho João, da freguezia da Zibreira; 3.º, Manuel Ratinho, filho de Manuel Marques, da freguezia de Salvaterra do Extremo; 4.º, Manuel Joaquim de Carvalho, por seu filho Domingos de Carvalho, da freguezia do Ladoeiro; 5.º, Maria Correia, por seu filho Joaquim Ruivo, da freguezia de Salvaterra do Extremo; 6.º, Manuel Fidalgo, filho de Francisco Fidalgo, da freguezia de Salvaterra do Extremo; 7.º, José Fernandes Ferreira, por seu filho José, da freguezia da Zibreira; e 8.º, José da Rocha, por seu filho Manuel, da freguezia de Idanha a Nova; todos do concelho de Idanha a Nova, districto de Castello Branco:

Hei por bem dar provimento ao recurso, quanto aos recorrentes n.º 3.º, Manuel Ratinho, e n.º 6.º, Manuel Fidalgo, por aproveitarem aos recrutados a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855; e bem assim denegar o quanto aos recorrentes n.º 1.º, Isabel de Sousa; n.º 2.º, Antonio Gerardes; n.º 4.º, Manuel Joaquim de Carvalho; n.º 5.º, Maria Correia; n.º 7.º, José Fernandes Ferreira; e n.º 8.º, José da Rocha; por não ser applicavel aos recrutados a dita disposição da lei citada.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 27 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contentioso, João Antonio Ferreira de Passos.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 9 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 27 de abril do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca do recurso de recrutamento do presente anno, n.º 89, em que são recorrentes: 1.º, Manuel, filho de Maria Leal; 2.º, João Lopes, por seu filho Joaquim; da freguezia e concelho de Belmonte, districto de Castello Branco:

Hei por bem dar provimento ao primeiro recorrente, e nega-lo ao segundo, porque aquelle aproveita, e ao filho d'este não, o que dispõe o n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 27 de abril de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 12 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contentioso, João Antonio Ferreira de Passos.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.ºmº conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 8 de maio de 1860 do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'es-

ta por bem o mesmo augusto senhor, conformando-se com a referida consulta, fazer a concessão provisória da mina de antimonio sita em Cortes Pereira, freguezia e concelho de Alcoutim, districto de Faro, a Luiz Alexandre de Bache, ficando obrigado a satisfazer no prazo de seis mezes, contados da publicação do presente diploma no *Diario de Lisboa*, a todos os preceitos da citada lei e regulamento, ficando outrossim na intelligencia de que o campo da demarcação d'esta mina é o já citado na referida portaria de 22 de dezembro ultimo.

Paço, em 24 de maio de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.—Para Luiz Alexandre de Bache.

A publicação do deferimento das reclamações ha de fazer-se, findo o dito prazo de quinze dias, nos termos prescritos no artigo 75.º das referidas instrucções; e a interposição dos recursos deve ter logar no prazo, e pelo modo prescripto no mesmo artigo e seguintes.

E para constar se publica e affixa o presente. Lisboa, 26 de maio de 1860.—O administrador, presidente, Augusto José Gonçalves Lima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não se tendo effectuado a venda do hiato *Santa Isabel*, encalhado junto ao quartel da inspecção do arsenal da marinha, e julgado inutil para o serviço do mesmo arsenal, de novo se porá em arrematação no dia 29 do corrente, pelo meio dia, perante o conselho de administração de marinha.

No dia 2 de junho futuro, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, se ha de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo tempo que se convencionar, do arroz necessario para consumo das tripulações dos navios da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 26 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE SELLOS

Para Lisboa

Alexandre Simões, Antonio Francisco, Antonio Xavier Teixeira Homem de Braderode—Buzaglo e Irmão—Francisco José Vieira Mendes—Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, Joaquim Victorino Fernandes, José Antonio Gil, José Antonio da Silva Mello, José Lucio de Salles, José de Mello, José da Silva, José Teixeira—Manuel Ignacio da Luz Machado, Miguel Pinto, Maria Severina Goulade.

Administração central do correio de Lisboa, em 28 de maio de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 16 DE MAIO

PRESIDENTE O EX.ºmº SR. VISCONDE DE LABORIM

VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares: Conde de Peniche (D. Pedro Brito do Rio).

(Assistia o sr. presidente do conselho de ministros.)

As tres horas da tarde, achando-se reunido numero legal, declarou o sr. presidente aberta a sessão.

Fez-se a leitura da acta da precedente, que na conformidade do regulamento se julgou approvada, por não haver reclamação em contrario.

Não houve correspondencia.

O sr. Felix Pereira de Magalhães:—sr. presidente, a discussão que teve logar n'esta casa, constituida em tribunal de justiça, é mais uma prova da necessidade absoluta de uma lei regulamentar da carta constitucional, dos artigos 27.º, 37.º, 41.º e 42.º; isto é, sobre a constituição d'esta camara em tribunal de justiça.

Sr. presidente, todas as vezes que esta camara se constitue em tribunal, o que já algumas vezes tem acontecido, sempre ha discussões, tomam-se resoluções e fazem-se regulamentos, tudo com o fim de facilitar a ordem do processo para melhor acerto, fez-se até uma lei e a cada discussão me parece que não assisti, na qual ha um artigo altamente inconstitucional, e contrario aos principios em que se funda a independencia do julgador. Neste artigo faz-se dependente a constituição d'esta camara em tribunal de justiça, quando as cortes estiverem fechadas, de um decreto real. Isto, sr. presidente, é essencialmente necessario quando esta camara tem de funcionar como corpo legislativo; mas como tribunal de justiça, deve reunir-se estejam ou não abertas as cortes, quando o seu presidente receber um processo crime em que esteja pronunciado qualquer dos individuos que estejam sujeitos á sua jurisdicção; convocando-a por autoridade propria para se constituir em tribunal de justiça, e julgar o pronunciado.

E por tanto da mais urgente necessidade a lei que regule de uma vez para sempre, não só a constituição da camara em tribunal de justiça, mas tambem a ordem do processo, a fim de pôr termo a discussões desagradaveis, a resoluções precipitadas, a regulamentos defectivos, e a leis absurdas. Se uma tal confusão continuar, qual será a situação d'esta camara em tribunal? Se qualquer das pessoas, e não são poucas, sujeitas á sua jurisdicção, impugnar as resoluções e os regulamentos da camara ou do tribunal, que não obrigam senão os seus membros? Avalie a camara, com a sua sabedoria, as consequências d'esta hypothese, que é muito pravel e possivel!

Esta necessidade já eu reconheci em 1840, quando era senador; propondo então um projecto de lei para a organização do senado, constituído em tribunal de justiça; foi isto, se bem me lembro, a 30 de junho d'aquelle anno; o qual projecto foi publicado no *Diario do Governo* n.º 163. Sendo em 1845 nomeado par do reino, propuz a esta camara o mesmo projecto de lei, modificando segundo as circumstancias especificas da camara dos pares, que são diferentes das dos senadores. Este projecto foi proposto em sessão de 17 de abril de 1846, e publicado no *Diario do Governo* n.º 109 do mesmo anno.

Renovo hoje a iniciativa d'este projecto, que peço desde já que vá á commissão competente, pôde ser de elle pouco se aproveite, entretanto sempre serve de theoria para que a commissão, illustrada como é, o emende e possa vir a ser uma lei do estado, lei urgentissima para acabar com todas as discussões que se podem ainda levantar sobre tão importante assumpto, com as resoluções tomadas e com regulamentos que nada regularam. Mando para a mesa esta proposta, e peço ao mesmo tempo que seja remetida quanto antes á commissão de legislação, á qual será remetido o projecto original que deve existir na secretaria, para dar com urgencia o parecer.

A proposta foi do teor seguinte:
«Renovo a iniciativa do projecto de lei que propuz na sessão de 27 de abril de 1846, e foi publicado no *Diario do Governo* n.º 109 do mesmo anno de 1846.

«Requiro que este projecto de lei, cujo original deve existir na secretaria, e que tem por fim a organização do tribunal de justiça dos dignos pares do reino, seja remetido á commissão de legislação para dar o seu parecer com urgencia.—F. Pereira de Magalhães.»

O sr. Presidente:—o digno par pede que a sua proposta vá á commissão de legislação o mais breve possivel; pois eu vou consultar a camara a esse respeito.

Foi approvado.

Entrou o sr. ministro da guerra.

O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, ha um facto que não posso deixar de chamar de bastante gravidade, porque desconhecia esta camara

perante o paiz. É a escandalosa e excessiva demora na publicação das nossas sessões.

N'esta capital esta falta não é notada, porque todos sabem o que aqui se passa mais ou menos facilmente. Mas no resto do reino faz sensação, sensação desagradavel, e antes de pouco acreditar-se-ha que esta camara está morta.

O paiz não sabe o que se passa n'ella, porque quando as sessões apparecem publicadas já não interessam. Alem d'isto apparecem em alguns jornaes extractos desvirtuados que alteram a ordem e o sentido dos acontecimentos e das discussões.

Eu vejo, sr. presidente, que na camara dos srs. deputados as sessões saem em dia publicadas no *Diario de Lisboa*, e são mais tarde publicadas no *Diario das Cortes*. E não sei a razão por que n'esta camara não ha tambem um Diario onde se lancem na integra todos os discursos dos dignos pares, assim como tambem não vejo razão alguma para que as sessões sejam tão tarde publicadas.

Faço estas breves observações, e peço á mesa a bondade de informar a camara sobre quaes são os obstaculos que impedem de se tomar esta medida tão necessaria.

O sr. Presidente:—para satisfazer á pergunta de v. ex.ª eu vou mandar indagar na secretaria tudo o que hoyer a esse respeito.

O sr. Visconde de Gouveia:—Então aguardo-me para quando vierem essas explicações.

O sr. Marquez de Niza:—mandou para a mesa uma nota de interpeação, a qual leu, e é a seguinte:

«Desejo interpellar o sr. ministro das obras publicas, em relação á supressão das diversas estações do caminho de ferro de leste.

Sala das sessões, 16 de maio de 1860.—Marquez de Niza.»

O sr. Presidente:—O nosso regulamento determina que, não estando presente o ministro que se deseja interpellar, a interpeação que se apresenta não lhe seja enviada sem annuncia da camara; vae, pois, consultar a camara a este respeito.

Tendo sido approvada, declarou o ex.ºmº sr. presidente que seria convenientemente enviada ao governo.

O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, vou ler o meu projecto de lei, o qual peço desde já que seja remetido á commissão de legislação, ou se nomeie uma commissão especial por ser materia muito transcendente (leu).

Peço a sua impressão no *Diario de Lisboa*.

O sr. Presidente:—creio que a camara dispensará a leitura d'este projecto (apoiados), e passo a consultar a camara a este respeito.

Foi dispensada a leitura.

O digno par auctor da proposta pede uma commissão especial, e publicação no *Diario*, portanto consulto tambem a camara sobre este negocio.

Foi approvado.

Entrou o sr. ministro do reino.

O sr. Visconde de Balsemão:—sr. presidente, eu fui prevenido pelo digno par o sr. visconde de Gouveia, que pediu uma commissão especial; eu tinha esta mesma idea.

Já em outra sessão aqui se apresentou um projecto no mesmo sentido d'aquelle que s. ex.ª acaba de mandar para a mesa, o qual foi a uma commissão. Ora eu agora alem de apoiar a idea de que elle seja publicado no *Diario de Lisboa*, para dar logar á sua discussão, pedia tambem que á commissão fossem convidados todos os dignos pares administradores de vinculos, que podiam em muitos pontos elucidar os membros d'ella.

O sr. Presidente:—Eu peço a v. ex.ª que faça a sua moção por escripto.

O sr. Marquez de Niza:—expoz que não tencionava n'este dia tomar a palavra sobre aquelle projecto. Já tinha escripto muitas ideas sobre a abolição dos vinculos a fim de apresentar um projecto de lei, sobre as quaes consultara um seu amigo membro d'esta camara para ouvir a sua opinião. Pedia licença pois para apresentar um projecto sobre o mesmo assumpto, pedindo que fosse igualmente á mesma commissão a que se enviar o do sr. visconde de Gouveia (leu).

O sr. Presidente:—Os dignos pares que dispensam a leitura do additamento ao projecto do sr. Visconde de Gouveia, apresentado pelo sr. Marquez de Niza, tenham a bondade de se levantar.

Está dispensado.

Os dignos pares, que approvam que este projecto sobre vinculos vá á mesma commissão o do digno par o sr. visconde de Gouveia, tenham a bondade de se levantar.

Foi approvado.

Leu-se a proposta do sr. visconde de Balsemão.

O sr. Visconde de Gouveia:—Eu peço a palavra para uma emenda.

Propenho que, em logar dos dignos pares referidos na dita proposta fazerem parte da commissão, sejam unicamente ouvidos. Parece-me que o sr. visconde de Balsemão está conforme...

A camara municipal de Santarem é uma das menos ricas do reino, e por isso carece de meios para dispendir na feitura de certas obras importantes, taes como a da canalisação das ruas da villa as quaes se acham em estado improprio de serem vistas por viajantes estrangeiros, porque estão mais imundas do que em outro tempo estavam as de Lisboa. Entretanto o thesouro deve á camara municipal de Santarem mais de 20.000\$000 réis.

Poco portanto ao governo que restitua aquelle dinheiro á dita camara, ou por uma só vez ou em prestações, embora seja com a condição de ser empregado na construcção de canos e nas calçadas das ruas da villa.

O sr. *Ministro da guerra* (visconde da Luz):—tomando a palavra, disse que o digno par o sr. visconde de Sá apresentara algumas considerações acerca do local para a estação do caminho de ferro em Santarem; mas s. ex.^a já particularmente lhe tinha fallado a tal respeito, assim como o digno par o sr. conde da Taipa, em consequencia do que elle, orador, havia tomado nota sobre o mesmo objecto fallar ao seu collega o sr. ministro das obras publicas, a fim de que s. ex.^a mandasse, que o informassem sobre todas as circumstancias relativas ao local para a estação, para á vista das informações obtidas se poder resolver. No entanto parece-lhe que o local indicado pelos dignos pares é o mais conveniente, não só em relação ao Tejo, como pelo que respeita á villa de Santarem. Em todo o caso o ministro competente tratará de certo de se informar, para que a final se possa tomar uma resolução com todo o conhecimento de causa, attendendo-se ao maior interesse do publico.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—expoz que s. ex.^a o nobre visconde de Sá da Bandeira chamára a attenção do governo sobre o mau estado em que se acha o municipio de Santarem, pedindo ao mesmo tempo que o governo houvesse de occorrer ás necessidades que experimenta o cofre d'aquelle municipio, pagando á respectiva camara a somma importante que se lhe deve, e com a qual se poderiam fazer algumas das muitas obras e melhoramentos de que o municipio de Santarem carece.

Declara ao digno par, que desde já tomava nota das suas reflexões, e que immediatamente tratará de examinar qual a importancia e procedencia d'essa divida, e no caso de estar já liquidada e em termos de dever ser paga, o governo trataria de apresentar ao corpo legislativo aquella ou aquellas propostas de lei que julgar serem convenientes, a fim de que possa ser paga a divida a que o digno par se referia.

O sr. *Marquez de Ficalho*:—leu e mandou para a mesa um parecer da commissão de agricultura (leu).

O sr. *Visconde de Gouveia*:—parece-me que o nosso regimento determina que, quando a camara decida que qualquer projecto seja enviado a uma commissão especial, se passará logo a nomear essa commissão; e sendo assim, eu pediria que se procedesse á eleição dos membros que a devem compor.

O sr. *Presidente*:—de dizer o regimento que se passará a eleger a commissão especial, não se segue que a eleição não possa ter lugar na sessão seguinte; no entanto se v. ex.^a declara urgente a eleição, eu proporei á camara se quer desde já passar a eleger a commissão.

O sr. *Visconde de Balsemão*:—é sómente para declarar que eu fiz parte de uma commissão especial que aqui se nomeou, e da qual era presidente o sr. conde de Thomar, para se tratar da questão sobre os vinculos, e a este respeito apresentou-se um projecto de lei; no entanto tendo acabado a legislatura em que essa commissão havia sido eleita, entendeu-se que a mesma commissão tinha caducado.

Não tenho mais nada a dizer.

O sr. *Visconde de Gouveia*:—eu não terei duvida em convir que a commissão seja nomeada na sessão seguinte; mas resta saber de quantos membros ha de ser composta?

O sr. *Presidente*:—no dia em que se nomear se resolverá a esse respeito.

O sr. *Visconde de Gouveia*:—a eleição da commissão fica talvez reservada para a sessão seguinte, para então os dignos pares se prepararem para votar com mais conhecimento de causa; mas não sabendo elles de quantos membros ha de ser composta a commissão, como é que se hão de convenientemente preparar? Neste caso eu proporia que a commissão especial fosse composta de sete membros.

O sr. *Presidente*:—o digno par o sr. visconde de Gouveia propõe que a commissão especial seja composta de sete membros. Vou pôr á votação a proposta de s. ex.^a

Foi approvada.

O sr. *Presidente*:—agora entrando na ordem do dia tem a palavra o digno par o sr. visconde de Fonte Arcada, para fazer a sua interpegação.

O sr. *Visconde de Fonte Arcada*:—disse que primeiramente leria um parecer da commissão de petições (leu), e continuou dizendo, que em consequencia da falta de alguns membros das commissões, pediria que na sessão seguinte se nomeasse um membro para a commissão de petições, visto que o sr. barão da Vargem da Ordem por doente não tem vindo á camara.

Que em quanto á interpegação, continuou o orador, só diria mui poucas palavras, porque o tempo que já tem decorrido, desde que a annunciou até agora, tem sido muito, e a camara em consequencia de outros objectos que lhe têm chamado a attenção terá agora menos interesse por ella, do que aliás mereceria.

Que era sabido que na bibliotheca da cidade do Porto existia um livro mui raro e de grande apreço, e tão raro que se diz haver apenas outro exemplar na bibliotheca do Vaticano ou na de Vienna d'Austria; que este livro se publicara pouco depois da descoberta da imprensa, e que hoje é considerado pela sua raridade uma grande preciosidade, que enobrece qualquer paiz que o possua, da mesma maneira que as alfayras preciosas enobrecem as casas antigas de particulares que com ellas se adornam.

Que o livro de *Tirante lo Branco* a que alludia tinha um tal valor pela sua raridade que não podia ser avaliado; que constava que este livro havia sido tirado da bibliotheca do Porto e mandado vir para Lisboa, que por isso querendo saber o que era feito d'elle, quem o tinha mandado vir e aonde parava, fizera o seu requerimento á camara pedindo que o governo respondesse sobre este objecto; que tendo sido o seu requerimento feito já havia muito tempo pedida licença á camara para o tornar a ler (leu); «Requeiro 1.º, que pelo ministerio do reino se remetta a esta camara a copia da portaria ou ordem expedida por aquelle ministerio para mandar vir da livraria da cidade do Porto o rarissimo livro *Tirante lo Branco*. 2.º, que se diga se este livro precioso já foi devolvido á referida livraria, ou em que mãos pára actualmente? Que o governo responderá á primeira parte do requerimento enviando copia de uma requisição feita pelo sr. José Maria de Abreu, director da primeira direcção da repartição de instrução publica dirigida ao bibliothecario da livraria do Porto, que diz assim: «tornando-se necessario ver nesta direcção geral o livro do cavallaria *Tirante lo Branco*, existente n'essa bibliotheca, vou rogar a v. s.^a que se sirva remetter com a devida cautella o sobredito livro, o qual será de-

volido apenas tiver satisfeito o fim para que é requisitado. Assignado José Maria de Abreu.»

Que, sobre a segunda parte do requerimento d'elle orador, o governo tinha remetido a copia de um recibo do sr. duque de Saldanha, que é a seguinte: «Foi-me entregue n'esta secretaria d'estado dos negocios do reino a obra que tem por titulo *Tirante lo Branco*, um livro em quarto encadernado, que a pedido meu foi requisitado da bibliotheca da cidade do Porto por este ministerio.—Lisboa, 24 de janeiro de 1860.—Duque de Saldanha.»

Que o livro, quando ainda mesmo parasse nas mãos do nobre duque, corria muito risco por qualquer incidente a que está sujeito, como por exemplo um fogo, ou outro qualquer sinistro, que destrua o referido livro, que destruido, a livraria e o paiz ficariam privados de uma preciosidade cujo valor seria impossivel satisfazer-se, perda esta que ninguém poderia supprir.

Que requerendo, elle orador, que o sr. ministro dissesse aonde parava actualmente o livro, esta parte do seu requerimento não fora respondida, e que, havendo tanto tempo que o sr. duque o recebera, agora se dizia no jornal *Correspondencia de Espana*, transcripto no do *Commercio* de 8 de abril, o seguinte: «o desaparecimento da bibliotheca do Porto do livro *Tirante lo Branco* considerado por Cervantes como o melhor de cavallaria, e que se dizia ter sido comprado pelo sr. Salamanca, deu lugar a uma interpegação no parlamento portuguez. O ministro do reino respondeu que o livro fora trazido a Lisboa para ser examinado por uma alta personagem, que passou o competente recibo. Parece que esta personagem é o sr. Salamanca, que desejou ver aquella edição para fazer uma nova, e parece tambem que o livro voltára para o Porto.»

Que elle, orador, não sabia se isto era verdade ou se o livro ainda pára nas mãos do sr. duque, ou se já foi remetido para a bibliotheca da cidade do Porto, que é aonde deve estar; que desejava que o sr. ministro tivesse a bondade de lhe dizer se effectivamente o livro ainda pára nas mãos do nobre duque, ou aonde, porque, sendo verdade o referido no jornal de Hespanha, que o livro foi para lá levado para d'elle se fazer uma nova edição, não havendo duvida, sendo assim, perde toda a sua raridade e valor ainda que volte para a livraria.

Que este livro não está no caso de qualquer obra dos nossos historiadores ou poetas antigos, cujas impressões ainda que feitas, em paizes estrangeiros são de muita utilidade para fazer conhecer a nossa litteratura. Todo o valor d'este livro consiste na sua raridade, e se d'elle, como se diz, se está fazendo em Hespanha uma nova edição, o valor que tinha perdeu-o completamente ainda mesmo quando volte.

Portanto, pergunto ao sr. ministro aonde se acha actualmente o livro *Tirante lo Branco*? Aguardo a resposta de s. ex.^a e por ora nada mais direi.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—satisfaz dizendo que, pelos documentos que tivera a honra de mandar á camara, em virtude do anuncio de interpegação e do requerimento que fez o digno par o sr. visconde de Fonte Arcada, a camara tem já conhecimento do estado d'este negocio, do modo por que o governo procedeu, e das circumstancias que o acompanharam. Entre esses documentos acha-se um assignado pelo nobre duque de Saldanha, em que declara que recebeu e tem em seu poder aquelle livro. Já elle, orador, teve occasião de fallar n'este assumpto na outra casa do parlamento, quando se lhe fez uma igual pergunta, tendo-se-lhe pedido que dissesse quem era esse cavallheiro, que então não mencionára, mas que não ha duvida que diga agora, porque na mesa d'esta casa existe o officio de s. ex.^a, em que mostrava o desejo de examinar o livro de cavallaria, que se achava na bibliotheca do Porto, intitulado *Tirante lo Branco*. Procedeu n'este caso, como muitas vezes se ha procedido, durante a administração de varios cavallheiros, e mandou pedir aquella bibliotheca esse livro para ser examinado e restituído depois. Até elle, orador, tem presentes as datas e as circumstancias de diversos pedidos, que se têm feito em diferentes epochas, de alguns livros da bibliotheca tanto do Porto como de Lisboa, para serem examinados e compulsados em varios ministerios, por isso não teve duvida em mandar vir tambem aquelle livro, para ser examinado por um cavallheiro, cuja responsabilidade não pôde ser posta em duvida por nenhum membro d'esta casa, nem por elle, orador (apoiados).

Deve declarar á camara que não foi elle que assignou a portaria, mas foi o director da repartição de instrução publica, auctorizado por elle ministro, nem elle era capaz de o fazer de outra sorte, e se ha nisto responsabilidade, toma-a toda. Mandou portanto vir o livro e entregá-lo ao sr. duque de Saldanha, que tendo sabido depois d'isso que se tinham levantado duvidas sobre este facto, e apprehensões a tal respeito, lhe escreveu declarando que elle, orador, podia estar certo de que o livro seria restituído ao governo, para ser reenviado á bibliotheca do Porto; e como s. ex.^a não está actualmente em Lisboa, não pôde dirigir-se-lhe sobre este objecto.

Depois do facto que acabou de apresentar á camara, depois dos precedentes que têm havido em diversas epochas, por diferentes ministerios, de se fazerem similhantes pedidos, e a circumstancia de estar entregue o livro a um homem, cuja responsabilidade é conhecida por todos, e tendo-lhe tambem esse cavallheiro declarado, que visto terem-se levantado duvidas e apprehensões a este respeito, o livro seria restituído; entende que o digno par ficará satisfeito com esta sua explicação, e que ha de acreditar que não pôde a elle ministro vir responsabilidade n'este caso, porque não é de supor, nem s. ex.^a supõe de certo, que o nobre marechal deixe de cumprir a sua palavra (apoiados). Nem tal supõe, antes está convencido do contrario, e logo que s. ex.^a restituia o livro, irá para o seu destino.

Entrou o sr. ministro das obras publicas.

O sr. *Visconde de Fonte Arcada*:—se o livro estivesse na livraria publica, não estava sujeito senão áquelles sinistros que não se podem evitar, e por que ninguém é responsável, mas embora esteja nas mãos do sr. duque de Saldanha, como o sr. ministro disse, poderá por qualquer descuido acontecer algum sinistro em sua casa, e perder-se o livro, e posto s. ex.^a não seja culpado, de certo não se perderia, nem o paiz perderia aquella preciosidade, se não estivesse desviada do lugar, onde, segundo as leis, aquelles objectos devem ser guardados. Ha ainda uma grande preciosidade em Portugal, que é uma rica custodia de grande valor, a qual data do tempo de el-rei D. Manuel, que vale muito pela sua antiguidade e recordações, e tambem pelo seu valor intrinseco, porque é de ouro; se algum sinistro acontecer no lugar onde está aquelle objecto, ninguém é responsável por isso, mas se por qualquer motivo fosse, para se ver ou examinar, parar á mão de qualquer pessoa, por mais segura e de maior capacidade, e entretanto acontecesse algum sinistro, de certo correria em uma grande responsabilidade quem a tivesse tirado do seu lugar. Ora, o livro não tem o mesmo valor d'aquella custodia, mas é tambem um objecto precioso, e se continuasse a estar na bibliotheca, se houvesse algum sinistro, ninguém era responsável; mas tendo-se tirado da livraria, e estando na mão de uma pessoa particular, se acontecer alguma desgraça, claro está, que a pessoa que concorreu para isso incorre de certo n'uma responsabilidade, que todavia não se poderá tornar efectiva. Não tenho mais nada a dizer,

O sr. *Visconde de Balsemão*:—Eu não posso deixar de dizer algumas palavras a respeito da obra de que se trata, porque já em outra sessão que se tratou d'isso, eu fallei n'este livro. O exemplo que acabou de citar o sr. visconde de Fonte Arcada, é que em combate. Permitta-me s. ex.^a que diga, que é um exemplo novo. Na bibliotheca publica de Lisboa, onde vive a honra de ser bibliothecario-mór durante dez annos, os ministros muitas vezes mandavam buscar obras que desejavam para consultar, porque os ministros são inspectores natos d'este estabelecimento, e sob sua responsabilidade podem emprestar a qualquer pessoa os livros que ali houverem. Ainda mais, não só livros raros, mais mesmo manuscritos, e não é só n'este paiz que isto succede. O regulamento que se fez para a nossa bibliotheca publica, foi feito na maior parte pelo que regula a bibliotheca imperial, e d'onde tirou alguns artigos que podiam ter applicação entre nós.

Eu frequentei ali muitas vezes a bibliotheca publica, e muitas vezes me foi concedido consultar fóra d'ella alguns livros rarissimos, e até fazer algumas impressões; como fiz de um manuscrito unico, que não existia em Portugal, e era rarissimo, sobre as nossas antigas cortes, que só existia n'aquella bibliotheca. Mas como isso era em serviço das letras, foi-me concedida essa permissão, e não obstante podia dizer tambem que na minha mão podia perder-se aquelle manuscrito unico e outras obras raras que me foram communicadas; mas nem por isso o chefe da bibliotheca imperial prohibiu a sua saída apesar de haver um regulamento a este respeito tambem severo; mas entendeu que com a sua impressão ganhavam as letras, e assim estava compensada a raridade d'aquelles escriptos.

Ora, com esta obra acontece o mesmo, foi pedida para se fazer, talvez, uma nova impressão, porque a raridade d'este livro é só pela sua antiguidade, mas não se pôde negar que não havendo outro exemplar identico seja um beneficio para as letras a sua nova impressão, e é o que me consta a respeito do livro.

Além disso não é ainda liquido que este livro seja da bibliotheca do Porto, pelo que sinto que não esteja aqui presente quem podia confirmar se aquelle livro estava marcado com o sinete das armas da minha casa; mas em perguntar ao sr. duque de Saldanha, e ao sr. José Maria de Abreu, se com effecto elle tinha aquellas armas? E ambos me deixaram em duvida se eram ou não as mesmas. Por isso fico em duvida se tenho direito para reclamar do governo aquelle livro, mas tambem não tinha duvida nenhuma em o offerecer ao estado, porque tive muitas vezes essa intenção; e ha outro livro mui raro da minha bibliotheca, attribuido a João de Barros, que eu tinha tencão de mandar para Paris para fazer uma nova edição; e portanto entendo que não pôde haver grande responsabilidade para o governo, ainda que por tal motivo houvesse algum desvio em algum d'estes livros rarissimos, e de que se diz que não ha senão dois exemplares, e de que podia haver até só um exemplar, que se perdesse, sem por isso se poder increpar o governo. Quantos monumentos preciosos se têm perdido em varias bibliothecas publicas? É uma grande calamidade que tal succeda, mas não creio que se possa por isso tornar responsável um ministro, principalmente quando uma obra foi pedida para se fazer uma nova impressão, o que é em serviço das letras, como já disse, e então não podia haver duvida a este respeito; quanto mais que a pessoa que pediu emprestado este livro ao governo, disse já ao sr. ministro do reino, que respondia por elle, e de certo não ha de faltar á sua promessa (apoiados).

Agora resta só saber se o governo devia conceder essa permissão. Como é um livro, que pertence á lingua hespanhola, julgo que n'aquelle paiz não havia muito empenho em o reimprimir, porque poderão ainda haver lá tres ou quatro exemplares, por se terem impressos uns 150 exemplares, e é uma edição de Valencia, creio que de 1494, e talvez aqui o prejudicado seria a minha casa, se se provasse que o livro lhe pertence. Não me parece, portanto, que isto seja objecto de uma interpegação na camara, porque sendo eu bibliothecario-mór, e bastante cioso por tudo quanto eram novidades, emprestei muitas vezes diversos livros a algumas pessoas, que não podiam ir examina-los á bibliotheca publica; porque nunca tive duvida n'isso, quando sabia que era para beneficio das letras, tendo por absurdo o monopólio contra ellas, como tambem me foram emprestadas sempre diferentes obras, tanto em Hespanha, como em Vienna de Austria, por homens que sabiam verdadeiramente avaliar o que era raro, que nunca tiveram duvida em me fazer aquelles empréstimos, porque entendiam que faziam n'isto um serviço ás letras; e então não vejo aqui motivo justo para increpar o governo por isso.

O sr. *Conde da Taipa*:—expoz não ser o caso presente igual aos citados exemplos de livros emprestados em beneficio das letras. Os sr. ministros pedem emprestar, mas não alienar a propriedade publica. Lastima que os nacionaes não tenham tanto zelo pela propriedade do paiz como o tem mostrado os estrangeiros; e cita o que succedeu com a nossa biblia do mosteiro dos Jeronymos quando aqui esteve Jmot, a qual levada para França foi reclamada pelo marechal Beresford quando chegou a Paris, sendo preciso ao governo francez compra-la ao general que a tinha em seu poder, para a restituír a este paiz.

Espera do sr. ministro do reino que empregue todos os seus esforços para que o livro de que se trata venha para onde estava; livro, porque elle orador tem uma certa predilecção, visto os perigos de que tem escapado sempre. Quando depois da catastrophe de D. Quixote foi feito um processo a todos os livros de cavallaria, este foi dos exceptuados; e havendo escapado assim aos perigos de uma inquisição como aquella, em que foi salvo pelo Cervantes, pede ao sr. ministro do reino que se faça Cervantes para salvar o *Tirante lo Branco*.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—replica ao sr. conde da Taipa que fará diligencia para se fazer Cervantes, mas não D. Quixote; ha de empregar todos os meios precisos... (o sr. *Conde da Taipa*):—é mais difficil ser Cervantes do que D. Quixote). Por isso mesmo, continua o orador, é que quero ser Cervantes, porque não gosta das cousas facias.

Julga que não serão precisos muitos esforços para que o livro volte á bibliotheca de onde saiu. A responsabilidade d'elle ministro está de pé, e qualquer que seja a responsabilidade da pessoa a quem se emprestou o livro, sabe o orador qual é o seu dever, e reconhece que é o unico responsável perante a lei. Se a responsabilidade legal pesa sobre si não a decide. Acredita que um ministro da coroa pôde emprestar um livro a um marechal do exercito, a um mordomo-mór, a um duque, a um homem que se chama João Carlos de Saldanha e Daun! (apoiados).

Portanto, quando o livro está na mão de um homem assim, cujo cavalheirismo é reconhecido, parece-lhe poder affiançar á camara que o livro está seguro. (apoiados)—vozes:—muito bem.

O sr. *Presidente*:—vae ler-se o parecer da commissão de petições.

(Leu-se.)

Estes pareceres (continuou) não costumam ser impressos.

Agora vae ler-se o parecer da commissão de agricultura.

(Leu-se.)

O sr. *Marquez de Vallada*:—pediu a palavra sobre a ordem.

O sr. *Presidente*:—tem v. ex.^a a palavra.

O sr. *Marquez de Vallada*:—expoz que pedira a palavra para mandar para a mesa o requerimento a que alludia na ultima sessão d'esta camara, e que não lhe foi possivel enviar n'aquella occasião. Falta-lhe n'este requerimento alguma cousa, porque lhe parece conveniente fazer uma pergunta, que qualquer dos sr. ministros poderá satisfazer.

Leu o requerimento, que é do teor seguinte: «Requeiro que sejam enviados a esta camara os documentos que foram apresentados no tribunal da Boa Hora por occasião do julgamento do jornal o *Agapito*, e que tem relação com o ex-presidente da república do Porto e o ex-guarda-mór da dita república.

«Camara dos pares do reino, em 16 de maio de 1860.—O par do reino, *Marquez de Vallada*.»

Falta-lhe alguma cousa (continuou o orador) porque tinha indicado, e o sr. ministro do reino havia annuido, que não achava inconveniente em que esta camara examinasse em occasião opportuna os documentos que estão affectos á camara dos sr. deputados. Não sabe se estes documentos que pede fazem parte da collecção que está na camara dos sr. deputados, porque se assim é, importará n'uma redundancia pedi-los em separado. Contado envia tambem este segundo requerimento, convencido de que não haverá inconveniente algum na sua approvação, porque os sr. ministros na sessão anterior o disseram, visto que n'elle se contém a palavra *opportuna*, requerimento que leu, e é o seguinte:

«Requeiro outrossim que sejam enviados opportunamente a esta camara todos os documentos que têm relação com a questão da moeda falsa, e que estão affectos á camara dos sr. deputados.

«Camara dos dignos pares, em 16 de maio de 1860.—*Marquez de Vallada*.»

Pede ao sr. presidente que lhe mande dar o destino conveniente.

Leram-se na mesa, e foram approvados.

O sr. *Presidente*:—o parecer da commissão de petições, apresentado pelo digno par o sr. visconde de Fonte Arcada, não é pratica imprimir-se, fica portanto em cima da mesa para os dignos pares o poderem examinar. Para o outro parecer da commissão de fazenda sobre o mesmo assumpto, e que já está impresso, acho desnecessaria uma nova impressão, porque, apesar de haver n'este ultimo parecer alguns dignos pares assignados com declarações, e outro que não concorda, podem apresentar na discussão as suas duvidas.

Temos pois sessão na sexta feira (18), sendo a ordem do dia a discussão dos dois pareceres apresentados hoje.

Está levantada a sessão. — *Eram quatro horas e meia da tarde.*

Relação dos dignos pares que estiveram presentes na sessão do dia 16 de maio de 1860

Os sr. visconde de Laborim; marquezes de Ficalho, das Minas, de Niza, de Vallada; arcebispo de Evora; condes das Alcaçovas, da Arrochella, do Bomfim, do Farrobo, da Louzã, de Paraty, de Peniche, da Ponte, do Sobral, da Taipa; bispos de Coimbra, da Guarda; viscondes, de Balsemão, de Benagil, da Borralha, de Castellões, de Castro, de Fonte Arcada, de Fornos de Algodres, de Gouveia, da Luz, de Sá da Bandeira; barão de Porto de Moz, D. Carlos Macarhanas, F. P. de Magalhães, Margiuchi, Moraes Pessanha, Aguiar, Larcher, Engenheiro de Almeida, Silva Sanches, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS
SESSÃO DE 28 DE MAIO

PRESENCIA DO SR. BANTHOLOMEU DOS MARTYRES

Aos tres quartos depois do meio dia verificouse, pela chamada, estarem presentes 74 sr. deputados.

O sr. *Presidente*:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Encarnação Coelho, de que o sr. Calça e Pina não pôde, por motivo justificado, comparecer na sessão de hoje, e talvez a mais algumas.—*Inteirada.*

2.º Do sr. Sousa Machado, de que o sr. Mariano de Sousa Fêa não comparece á sessão de hoje por motivo justificado.—*Inteirada.*

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da marinha, acompanhando cento e sessenta exemplares do novo ordenamento do ministerio da marinha para o anno de 1860-1861.—Mandam-se distribuir.

2.º Uma representação dos habitantes do extincto concelho de S. Lourenço do Bairro, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo.—A commissão de fazenda.

3.º Dos habitantes da freguezia de S. Paio de Fân, no mesmo sentido que a antecedente.—A mesma commissão.

4.º Dos cidadãos contribuintes do concelho de Penamacor, no mesmo sentido que as antecedentes.—A mesma commissão.

5.º Da camara municipal de Ollão, pedindo a approvação do projecto de lei apresentado pelo sr. Palma para se converter em um asylo de beneficencia o convento das freiras Bernardas de Távora.—A commissão a que está affecto o projecto.

6.º Uma copia da acta da reunião dos lavradores do Douro, que teve lugar em Lamego, e que foi apresentada hontem pelo sr. Pinheiro Osorio.—A commissão de vinhos, e mandada publicar no *Diario de Lisboa*.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º Renovo o meu requerimento feito em 17 de abril passado, em que pedia que fosse remetida a esta camara a portaria de 19 de junho de 1858, com a qual se diz ter sido attendida a representação que fizeram os dois juizes da relação de Loanda, José Julio Rodrigues e Julio Candido Pereira Cabral, contra os abusos praticados pelo presidente da mesma relação, Luiz José Mendes Afonso, no exercicio das suas funções.—*Balsemão.*

2.º Requeiro se peça ao governo que, pelo ministerio da marinha e ultramar, remetta a esta camara, com urgencia, copia de toda a correspondencia dirigida pelo governo ao governador geral da provincia de Angola, desde março de 1859 até ao presente; bem como a correspondencia recebida do mesmo governador durante o dito periodo.—*Soares Franco*, deputado pela provincia de Angola.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Renovo a iniciativa do projecto n.º 11, de 22 de fevereiro de 1859.—*Mello Soares*.»

Admittida, e enviada á commissão de legislação.

O sr. *Forjas*:—manda para a mesa uma representação dos habitantes de algumas freguezias limitrophes do campo de Coimbra, pedindo a criação de um novo concelho, que se forme de algumas freguezias, desmembrando-as dos concelhos de Coimbra, Cantanhede e Monte-mór do Velho.

Não apresenta as diferentes razões em que se fundamenta a representação, porque ellas acham-se exaradas com muita lucidez, limitando-se por isso a pedir á commissão de estatística a queira tomar na consideração que merece.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—manda para a mesa um requerimento de muitos empregados do

tribunal de contas, analogo ao que apresentou n'uma das sessões passadas, e pede á mesa lhe dê o mesmo destino.

Tambem deseja tributar os devidos louvores á commissão de estatística d'esta sessão, que se tem occupado do assumpto da divisão territorial, apresentando já alguns pareceres.

Pede á commissão se digne tomar em consideração um projecto do sr. Blanco e d'elle, orador, para a restauração dos concelhos de S. Martinho do Porto, Nazareth, Lourical, Chão do Couce e Maçãs de D. Maria, no districto de Leiria.

O sr. *Carlos Bento*:—manda para a mesa uma representação da cidade de Vianna do Castello, em que mil e oitocentos cidadãos reclamam contra as medidas financeiras, apresentadas ao parlamento pelo sr. ministro da fazenda.

Reputa o direito de petição um direito tão serio e tão importante, que o parlamento não pôde deixar de lhe prestar todo o acatamento, entendendo que estas representações devem ser remetidas á commissão de fazenda, para dar um parecer sobre ellas.

Nota por esta occasião, que tendo sido annunciado pelo sr. ministro da fazenda o projecto sobre a desamortisação, como fazendo parte do seu systema financeiro, e não tendo apparecido ainda na camara, mal poderemos ter a esperanza de o poder avaliar devidamente.

Tambem deseja ser informado se já foram remetidos para a mesa uns esclarecimentos que pediu sobre a correspondencia que tivesse havido entre o governo e o banco, a respeito de uma transacção que teve lugar com um banqueiro estrangeiro.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—como o illustre deputado se referiu a um projecto que o governo annunciou n'esta casa a respeito de desamortisação, assegura de novo a s. ex.^a que o projecto ha de vir a tempo de ser discutido n'esta sessão, e que não hão de passar tres dias sem que seja apresentado á camara.

Quanto ao outro ponto sobre o que o illustre deputado pediu á mesa ser esclarecido, pôde declarar ao illustre deputado que já assignou o officio em resposta ao seu requerimento, assegurando que não houve correspondencia alguma entre o governo e o banco de Portugal relativa á transacção de que se trata.

O sr. *Visconde de Pindeira*:—envia para a mesa uma representação da camara municipal de Guimarães, em que pede que voltem para o seu concelho diferentes freguezias, que por carta de lei de 31 de dezembro de 1853 lhe foram desanexadas, em virtude de falsas informações que foram dadas ao governo em 1850.

Pede que a representação seja enviada á commissão de estatística, para que, segundo o seu zelo e boa vontade pela administração publica, dê sobre ella o seu parecer.

O sr. *Henriques Secco*:—referindo-se a um officio do ministerio das obras publicas, em que se indica que já tinham sido remetidos á camara uns esclarecimentos que pediu relativamente á portaria de 9 de junho para a directriz da estrada de Coimbra ao Ceira, pondera que não eram esses os que tinha pedido, mas outros que constam do seu requerimento feito em 18 de fevereiro, e renovado em 8 d'este mez, e que agora novamente renova, pedindo que elles sejam satisfeitos com a maior brevidade possivel.

O sr. *Mendes Vasconcellos*:—pediu a palavra para quando estivesse presente o sr. ministro dos negocios estrangeiros, com o fim de lembrar a s. ex.^a, ou antes pedir-lhe quizesse aproveitar a estada em Lisboa do encarregado da missão portugueza em Madrid, para d'elle conseguir os esclarecimentos por elle tantas vezes sollicitados, acerca do estado em que se encontra o negocio do hospital da santa casa da misericordia de Elvas ha tempo a cargo d'aquella legação.

Está certo de que s. ex.^a, depois de competentemente habilitado, não se recusará a informar a camara do que houver a respeito de tão importante pendencia, concorrendo assim para attenuar, se não dissipar, as graves apprehensões que a demora de sua resolução tem feito crear no animo dos seus constituintes.

Chama, pois, a seria attenção de s. ex.^a sobre tão importante negocio, e roga-lhe em nome dos seus constituintes, e principalmente em nome dos pobres da sua localidade, se digne tomá-lo na consideração que elle merece, dignando-se mesmo instigar o agente portuguez em Madrid, para que elle empregue todos os meios a seu alcance, tendentes a conseguir uma solução prompta e terminante d'esta pendencia, solução que não pôde deixar de ser aquella que temos todo o direito de esperar, attendendo á justiça da causa, á santidade da sua origem, e á rectidão, integridade e cavalheirismo do governo do reino visinho.

O sr. *Ministro dos negocios estrangeiros* (Casal Ribeiro):—pôde assegurar ao illustre deputado que o negocio a que s. ex.^a se refere está já muito recommendado ao ministerio de Portugal em Madrid; está bem encaminhado; faltavam alguns documentos que ultimamente foram entregues na secretaria d'estado, e o illustre deputado pelo seu zelo e dedicação para com os seus constituintes, sollicitou e obteve um documento que tambem faltava, e que vae ser transmittido ao ministro de Portugal em Madrid, e em vista d'elle é de esperar que o negocio tenha uma solução favoravel.

Os sr. Balduino e Plácido de Abreu mandam para a mesa requerimentos, ped

Carlos Cyrillo Machado—Antonio Rodrigues Sampaio.

Não havendo impugnação foi posta à votação a generalidade do projecto, e approvada.

A requerimento do sr. Mello Soares é dispensado o regimento, e passa-se à discussão na especialidade, e são approvados sem discussão os artigos 1.º, 2.º e 3.º.

Segue-se a discussão do projecto n.º 20.

Senhores.—Na proposta de lei n.º 1, que segue o relatório sobre o estado da fazenda publica, apresentado a esta camara pelo respectivo ministro, pede o governo que seja approvada a applicação que deu ás despesas geraes do estado, até 30 de novembro ultimo, da somma de 2.135:388\$199 réis, levantada em virtude das autorisações concedidas pelas cartas de lei de 4 de junho de 1857 e 5 de março de 1858;—que possa preencher pelos meios estabelecidos nas referidas leis o saldo de 302:891\$300 réis, em divida em 30 de novembro passado, aos melhoramentos da capital, votados pela lei de 14 de agosto de 1858;—e que seja autorisado a prover, pelos mesmos meios, até 30 de junho proximo futuro, a diferença que houver entre a receita ordinaria que se realizar e as despesas geraes do estado autorisadas por lei.

Na proposta de lei n.º..., apresentada ultimamente à camara pelo ministerio da marinha, pede também o governo que se abra um credito extraordinario a favor do mesmo ministerio até à somma de 233:558\$649 réis para pagamento da despesa excedente ao credito de 800:000\$000 réis, votado pela carta de lei de 30 de junho de 1857 para as construcções dos navios de guerra.

O governo pede ao mesmo tempo que as cortes o relevem da responsabilidade em que incorreu, por applicar ás despesas geraes do estado receitas que tinham outra applicação especial.

A commissão de fazenda, examinando estas duas propostas, achou que o seu fim era identico sob diversas relações, e que por isso convinha discuti-las conjuntamente comprehendendo-as n'um só projecto de lei.

Proposta n.º 4 do ministerio da fazenda

O documento n.º 1, que acompanha o relatório sobre o estado da fazenda publica, mostra que da obrigação geral de 3.000:000 libras, creada por decreto de 29 de agosto de 1857, foram negociadas 2.140:000 libras, que produziram 3.949:053\$331 réis; que existiam disponiveis na agencia financeira de Londres, em bonds de 3 por cento, 3:000 libras; e que foram annulladas por decreto de 22 de junho de 1859 as restantes 857:000.

Da obrigação geral de 2.000:000 libras, creada por decreto de 22 de junho de 1859, foram emitidos e negociados, até 30 de novembro do mesmo anno, bonds na importancia de 1.034:400 libras, as quaes produziram 1.742:999\$348 réis; estavam no cofre da agencia, na mesma epocha, 19:300 libras em bonds do mesmo fundo; e não tinham sido ainda emitidos os bonds correspondentes a 146:300 libras, com que se preencheria a somma de 1.200:000 libras, autorisada pelas portarias de 22 de junho, 16 de julho, 12 e 19 de agosto e 19 de setembro de 1859.

A emissão das restantes 800:000 libras não tinha sido effectuada até a citada epocha de 30 de novembro ultimo.

Reunindo as duas quantias de réis 3.949:053\$331 e » 1.742:999\$348 apparece a somma de » 5.691:992\$674

realisada até 30 de novembro ultimo, em virtude das duas obrigações geraes, decretada a primeira em 29 de agosto de 1857, e a segunda em 22 de junho de 1859.

Parte d'esta somma de 5.691:992\$674 réis não teve applicação determinada nas leis de 4 de junho de 1857 e 5 de março de 1858. O referido mappa n.º 1 faz ver que fora applicada para outras despesas a quantia de 2.375:395\$240 réis.

Deve porém attende-se: 1.º, que até 30 de novembro foi entregue ao ministerio das obras publicas a quantia de 127:183\$435 réis, alem das sommas realisadas até à mesma data por conta do emprestimo de 1.100:000\$000 réis para as estradas, autorisado pela carta de lei de 7 de junho de 1857; 2.º, a que foi entregue ao ministerio da guerra, por conta do credito votado pela lei de 4 de junho de 1859 para compra de armamento para o exercito, a quantia de 16:228\$445 réis, não se tendo ainda começado a realizar o respectivo emprestimo.

Estas duas ultimas quantias devem ser resgatadas pelo producto das receitas especiaes autorisadas pelas referidas leis de 4 e 7 de junho ultimo.

Alem da somma de 800:000\$000 réis, autorisada por carta de lei de 30 de junho de 1857 para a compra de navios de guerra, foi satisfeita até 30 de novembro ultimo, por conta do excedente da despesa, a somma de 96:595\$161 réis, a qual estando comprehendida no credito extraordinario pedido pelo ministerio da marinha, deve ser igualmente deduzida da referida quantia de 2.375:395\$240 réis.

Sommando as tres quantias réis 127:183\$435 de » 16:228\$445 e de » 96:595\$161

temos » 240:007\$041 os quaes deduzidos de » 2.375:395\$240

dão em resultado » 2.135:388\$199 desviados da sua applicação legal.

A applicação d'esta quantia ás despesas geraes do estado é que o governo pede que seja approvada, ficando relevado da responsabilidade em que incorreu pela referida applicação, salvo o exame sobre a sua legalidade, que deverá ter logar na conformidade das leis.

O documento n.º 1 mostra também que, até 30 de novembro ultimo, havia sido applicada para os melhoramentos da capital a quantia de 497:108\$700 réis. A carta de lei de 14 de agosto de 1858 autorisava a despesa de 800:000\$000 réis. O emprestimo foi todo realisado. Resulta, portanto, a necessidade de prover por outros meios a sua integral applicação. O governo propõe que se preencha pelos meios estabelecidos nos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, o saldo em divida em 30 de novembro de 1859, na importancia de 302:891\$300 réis.

Proposta n.º 186 do ministerio da marinha

A proposta n.º 186, apresentada ás cortes pelo ministerio da marinha, vem acompanhada de um mappa demonstrativo do custo dos quatro navios de guerra, movidos por vapor, mandados construir em virtude da carta de lei de 30 de junho de 1857. No referido mappa vê-se que a somma verificada sobre a 981:381\$824 réis, estando ainda por liquidar a quantia de 52:176\$825 réis. Ha, pois, liquidado e em liquidação um excesso de despesa de 233:558\$649 réis sobre a quantia autorisada por lei.

Para pagamento d'esta ultima verba, que excede a autorisação votada, é que o governo vem pedir um credito extraordinario até aquella quantia.

Tal é, senhores, a resumida, mas fiel exposição dos factos. D'ella resulta:

1.º Que o governo, forçado a satisfazer ás despesas legaes e indispensaveis do serviço, sem ter para ellas os meios necessarios, lançou mão de receitas que tinham sido votadas para applicações especiaes;

2.º Que faltando agora para uma d'essas applicações especiaes a receita que d'ella se desviou, é preciso preenche-la por outros meios;

3.º Que excedendo as despesas da construção dos quatro navios de guerra o credito dos 800:000\$000 réis, que para ellas fora votado, é necessario autorisar o pagamento das despesas que excederam o mesmo credito;

4.º Que sendo o governo levado a estes actos por causas independentes da sua vontade, deve ser relevado da responsabilidade em que incorreu, não só por ter applicado receitas especiaes ás despesas correntes, mas por ter excedido a despesa autorisada para a construção dos navios de guerra;

5.º Que, denunciando-se um deficit entre a receita e a despesa, convem habilitar o governo para poder gerir os negocios publicos com a regularidade dentro dos limites da lei.

A commissão de fazenda, reconhecendo a necessidade em que se viu o governo de praticar taes irregularidades, reconhece também a de as sanar; mas lamenta ao mesmo tempo o systema que lhes dá origem. O estado ha de viver, mas não pôde viver sem recursos. Se para as despesas correntes, que são o pão de cada dia, faltarem os meios, havendo-os para despesas especiaes, é absurdo esperar que o governo deixe padecer o serviço, e perigar talvez a ordem publica, para respeitar, faltando ao cumprimento de um dever, outro dever que nem é mais sagrado, nem mais instante.

Nestas circumstancias a commissão de fazenda, chamando a attenção do governo e da camara para a necessidade que ha de organizar as finanças do estado, de modo que cessem por uma vez estes confusos desvios da receita publica, que pela sua frequência dão logar a que seja considerada já como um acto ordinario a concessão dos bills de indemnidade, desvios que se repetirão em quanto não se prover ao preenchimento do deficit, é de parecer, de accordo com o governo, que as duas propostas de lei sejam convertidas no seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É approvada a applicação dada pelo governo ás despesas geraes do estado até o dia 30 de novembro de 1859 da somma de 2.135:388\$199 réis, levantada em virtude das autorisações concedidas pelos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857 e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858.

Art. 2.º O governo proverá pelo producto dos titulos de divida fundada externa, já emitidos em virtude das citadas autorisações concedidas ao governo pelos artigos 4.º e 5.º da lei de 4 de junho de 1857 e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral approvada por decreto de 22 de junho de 1859:

1.º Ao pagamento do saldo em divida em 30 de novembro de 1859 aos melhoramentos da capital votados pela lei de 14 de agosto de 1858 na importancia de 302:891\$300 réis;

2.º Ao pagamento até a quantia de 233:558\$449 réis para preencher as despesas feitas com a construção dos navios de guerra autorisada pela lei de 30 de junho de 1857, alem da somma de réis 800:000\$000 votada pela mesma lei;

3.º Ao pagamento da diferença que houver até o dia 30 de junho de 1860 entre a receita ordinaria que se realizar e as despesas geraes do estado autorisadas por lei.

§ unico. O governo realisará pelas meios mais convenientes as sommas que forem necessarias para as applicações determinadas n'este artigo, com tanto que o encargo annual das operações não exceda a 1/4 por cento sobre o juro real que corresponder aos titulos, segundo o prego que tiverem no mercado nas epochas em que as mesmas operações forem effectuadas.

Art. 3.º É o governo relevado da responsabilidade em que incorreu desviando da sua especial applicação a somma referida no artigo 1.º d'esta lei, e excedendo o credito votado ao ministerio da marinha para a construção dos navios de guerra, salvo porém o exame sobre a legalidade das despesas effectuadas, o qual sempre terá logar em conformidade das leis.

Art. 4.º O governo dará conta ás cortes na sessão legislativa de 1860-1861 do uso que houver feito da autorisação concedida por esta lei.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da commissão, 10 de abril de 1860.—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Justino Antonio de Freitas—Joaquim Gonçalves Mamede—Carlos Cyrillo Machado—Francisco José da Costa Lobo—Augusto Xavier Palmeirim—Joaquim Thomaz Lobo d'Ávila (com declaração)—Thomaz de Carvalho—Antonio Rodrigues Sampaio.

Pertence ao n.º 20

Senhores.—Pela carta de lei de 30 de junho de 1857 foi votada ao ministerio da marinha a quantia de 800:000\$000 réis, para ser exclusivamente applicada à construção de quatro navios de guerra do systema mixto.

Esta quantia foi insufficiente para occorrer a todas as despesas provenientes da completa promptificação d'aquelles vasos de guerra, pois que, alem da despesa feita com os cascos, machinas e apparelhos dos navios, o governo que nos precedeu julgou conveniente prover também a compra de artilheria e armamento de mão, e satisfazer ás despesas com a superintendencia, fiscalisação e munição de combustivel e sobrecelentes, como se tornava indispensavel para os quatro navios poderem chegar a Lisboa.

A despesa já liquidada excede a mencionada quantia de 800:000\$000 réis na importancia de 181:381\$824 réis; porém ainda resta para liquidar a quantia de 52:176\$825 réis, o que tudo prefaz um augmento de despesa de 233:558\$649 réis, para pagamento da qual é urgente providenciar, visto que a elle se não pôde occorrer pelos escasos meios votados no orçamento do ministerio da marinha; por todas estas razões o governo apresenta a vossa consideração a seguinte

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É aberto um credito extraordinario a favor do ministerio da marinha até a somma de 233:558\$649 réis para pagamento da despesa excedente ao credito de 800:000\$000 réis, votado pela carta de lei de 30 de junho de 1857, ao mesmo ministerio, para as construcções dos navios de guerra.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 10 de março de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

O sr. Blanc (Hermenegildo);—pediu a palavra sobre a ordem, e em harmonia com as disposições do regimento interno da camara, tratará somente da sua moção de ordem, sem se envolver na questão principal do projecto que se discute.

Pretende-se relevor o governo da responsabilidade em que incorreu, desviando da sua especial applicação a quantia de 2.135:388\$199 réis; e para o governo prover aos pagamentos de que tratam os arts. 1.º, 2.º e 3.º do artigo 2.º do projecto é applicado o producto dos titulos de divida fundada externa, emitidos em virtude das autorisações concedidas pelas leis de 4 de junho de 1857 e 5 de março de 1858, e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral approvada por decreto de 22 de junho de 1859.

A sua moção de ordem tem por unico fim segurar os interesses da fazenda publica, porque depois das occorrenças desagradaveis que tiveram logar em Paris, e dos factos praticados pelo ex-delegado

da agencia financeira em Londres, a camara deve ser mui cautelosa na concessão de autorisações que tenham por fim o levantamento de fundos sobre titulos de divida externa, sendo esta operação effectuada pelo chefe da agencia financeira, que nenhuma outra garantia offerece á fazenda publica, que não seja a que resulta das suas boas qualidades. Entende, porém, que isto não basta, porque os interesses da fazenda só podem reputar-se seguros ordenando-se a execução da lei, que n'esta parte não tem sido observada.

Parece-lhe que a camara não deverá entrar na apreciação do merecimento do projecto que se discute, sem que primeiro o governo apresente as medidas que julgar convenientes para evitar qualquer extravio que por ventura possam ter os fundos que se pretendem levantar sobre titulos de divida fundada externa: e é esta a sua moção de ordem, que envolve uma questão previa, que pela sua natureza, e nos termos do regimento, deve ser tratada com preferencia á questão principal.

A primeira vez que teve a honra de fallar na camara disse que o chefe da agencia financeira em Londres, sendo um exactor da fazenda, um gerente de fundos publicos, um verdadeiro responsável, não prestava fiança, verificava os pagamentos e transferencias de fundos, sem que depois se expedissem os respectivos avisos de conformidade, sendo estes os documentos legaes para o exactor no ajustamento da sua conta provar a effectividade dos pagamentos ordenados, e das transferencias effectuadas, mostrando assim que as transferencias e os pagamentos se verificaram em conformidade das ordens expedidas; e que este responsável da fazenda não prestava contas perante o tribunal respectivo; e pedindo ao sr. ministro da fazenda que se dignasse ordenar a prompta e religiosa observancia da lei, concluindo dizendo, que se a lei tivesse sido observada, nem o estado teria de responder pelos extravios e dilapidações de um mau gerente, nem se passaria pelo desgosto de ver apresentar n'esta camara uma proposta de lei para este mesmo fim; referia-se aos factos praticados pelo ex-delegado em Paris da agencia financeira em Londres.

Depois d'esta declaração, faltaria ao seu dever se ficasse silencioso discutindo-se um projecto de lei, no qual se trata também do levantamento de fundos sobre titulos de divida fundada externa, sendo esta operação effectuada pelo empregado a que se referiu: foi portanto para cumprir um dever, e para satisfazer a uma obrigação a que voluntariamente se sujeitou, que pediu a palavra sobre a ordem.

Entende que no estado em que se acha a agencia financeira em Londres, as medidas de que o governo deve lançar mão para segurar os interesses da fazenda, e evitar quaesquer extravios de fundos publicos, se limitam á fiança e prestação de contas perante o tribunal respectivo, porque a prestação de contas é uma das principais garantias da fazenda, e a lei não permite que os extractores e responsáveis se declarem quites em quanto o tribunal de contas os não julgar livres de toda a responsabilidade.

Duas são as razões que se apontam para se considerar o chefe da agencia financeira isento da obrigação de prestar fiança: 1.º, ser a agencia uma commissão do governo, não podendo assim dar-se ao seu chefe a consideração de verdadeiro exactor de fazenda; 2.º, não ser possível prestar-se fiança por uma responsabilidade não avultada.

A primeira razão não procede, e é mesmo absurda. Por decreto de 23 de dezembro de 1835 se declarou extincta a gerencia de Carbonell em Londres, nomeando-se uma commissão para tomar conhecimento e direcção de todas as operações do thesouro publico na praça de Londres, sem exceptar as transacções de caixa, e outras mais que também estavam a cargo de Carbonell.

Esta commissão se a principio teve uma gerencia um pouco limitada, tornou-se depois uma das mais importantes repartições do estado, porque o seu chefe não só foi encarregado do pagamento dos juros da divida externa, e dos vencimentos do corpo diplomatico, como de verificar importantes transacções e de levantar avultadas quantias sobre papéis de credito; e mesmo a referencia que algumas disposições legislativas fazem á agencia financeira, lhe dá o caracter de repartição do estado.

E se não é repartição publica autorisada por lei, que consideração poderá ter o seu chefe? Não será exactor de fazenda o que recebe dinheiros do estado e lhes dá a applicação superiormente ordenada? Não será gerente de fundos publicos aquelle que tem a seu cargo a gerencia d'esses mesmos fundos? Finalmente, não será um verdadeiro responsável da fazenda aquelle que tem em seu poder e entregue á sua guarda importantes valores em papéis de credito? Por certo que sim. Existindo uma responsabilidade ha de indispensavelmente haver um responsável; e se o chefe da agencia não fosse o responsável então só o poderia ser o sr. ministro da fazenda. Mas se o sr. ministro fosse o responsável (o que não pôde admitir-se sem manifesto absurdo) tinha de prestar contas por esta responsabilidade, e aonde e como deviam as contas ser prestadas? O sr. ministro da fazenda não pôde comparecer perante o tribunal de contas como exactor e responsável; não pôde incluir as contas d'esta responsabilidade nas de exercicio do seu ministerio, porque as contas de exercicio, comprehendendo o quadro das receitas e despesas autorisadas, não podem contido comprehendem todas as operações de thesouraria, que mais pertencem ás contas de gerencia, estas annuaes, e aquellas abrangendo todo o periodo do exercicio, hoje de dois annos, nos termos do artigo 47.º do decreto n.º 1, de 19 de agosto de 1859; e ainda que das operações de credito que a agencia financeira verifica, e mesmo das despesas a seu cargo, resultem algumas verbas de despesa que têm de ser incluídas nas contas de exercicio, e tanto estas como as de gerencia devam ser remetidas ao tribunal de contas, segundo o que dispõe o artigo 22.º do decreto n.º 3, de 19 de agosto ultimo, é todavia certo que nem as contas de exercicio podem comprehendem todas as operações e transacções a cargo da agencia financeira, nem estas contas são remetidas ao tribunal para julgamento, mas só e unicamente para proferir a declaração de que trata o artigo 14.º do citado decreto n.º 1, de 19 de agosto de 1859; portanto, se o chefe da agencia financeira não fosse, como effectivamente é, o verdadeiro e unico responsável, seguiu-se que as contas d'esta responsabilidade nunca seriam liquidadas e ajustadas pelo tribunal competente, quando a lei expressamente ordena que as contas dos extractores e responsáveis sejam submettidas a julgamento.

Já que fallou nas contas de exercicio, aproveita esta occasião para levar a um maior grau de evidencia a demonstração que se propoz fazer, de que o chefe da agencia financeira é um verdadeiro responsável da fazenda, e como tal sujeito ás disposições geraes da lei, tanto com respeito á fiança como á prestação de contas, fazendo ao mesmo tempo ver os inconvenientes que resultam da falta de observancia da mesma lei.

As contas de exercicio devem ser examinadas no tribunal de contas, á vista da contabilidade feita no tribunal em presença dos documentos ministrados pelas repartições do estado, e pelos resultados das contas dos extractores; sendo certo que se a conta de exercicio combina em receita e despesa com o debito e credito das contas de todos os responsáveis, está exacta, e pôde então com toda a segurança fazer-se a confrontação da despesa applicada com a despesa autorisada, e bem assim em quanto á receita.

Das operações de credito effectuadas pela agencia em Londres, bem como das despesas a seu cargo resultam, como já notou, também verbas de despesa que têm de ser incluídas na conta de exercicio, e não havendo exactor responsável que venha prestar contas perante o respectivo tribunal, como ha de ser conferida n'esta parte a conta de exercicio? E não tendo havido julgamento das despesas da agencia em presença de documentos, como se pôde dar por exacta a despesa da conta de exercicio? Tudo patenteia a verdade da doutrina enunciada, de que o chefe da agencia é o responsável pelos fundos publicos a cargo da mesma agencia, sujeito ás disposições geraes da lei, devendo assim affiançar-se, e prestar contas perante o tribunal competente: mesmo porque, segundo os bons principios de administração, o ministro apenas ordena, e superintende os negocios do seu ministerio, com responsabilidade pela exorbitancia do que ordenar, mas já mais pela existencia dos fundos, que devem estar garantidos com as fianças dos extractores responsáveis (apoiados).

O chefe da agencia é inquestionavelmente o verdadeiro responsável: esta é a verdade, e quando a verdade apparece em toda a sua luz, são baldados os esforços da arte e da eloquencia empregados para a obscurecer. E se é o responsável, deve prestar fiança porque assim o ordena a lei (apoiados).

A segunda razão, que consiste em não ser possível prestar-se fiança por uma responsabilidade tão avultada, é igualmente improcedente, porque importa o mesmo que dizer-se, que a lei só manda garantir e segurar os pequenos interesses da fazenda, permitindo que os grandes interesses, os que pôdem gravemente comprometter as nossas finanças, sejam abandonados e entregues á sorte! Reconhece a dificuldade que offerece a resolução d'este importantissimo negocio, mas entende que ha de haver algum meio de se poder cumprir a lei.

Não adopta o principio da divisão da responsabilidade, nem considera possível a fiança nos termos em que a prestam os thesoureiros pagadores, porque o chefe da agencia financeira tem constantemente de baixo da sua responsabilidade avultados valores em papéis de credito; mas lembra-se de um expediente que talvez se possa adoptar, e que sendo muito simples, é, em seu entender, sufficiente para segurar os interesses da fazenda publica.

Quando se dá o caso de uma responsabilidade avultada, o meio mais conciliador e prompto para obter garantia para a fazenda, sem compellir o exactor a uma enorme fiança, é, sem duvida, o que aconselham as nossas leis fiscaes, o de instituir ou estabelecer um cofre para guarda dos valores com tres chaves e estas entregues a pessoas respeitaveis, nas quaes se ha-de comprehender o exactor, ou o responsável pelos fundos; porém não basta esta providencia, simples como fica indicada, é necessario revesti-la de mais algumas circumstancias que enrobustecam a garantia da fazenda, e por isso deve a escolha para 1.º claviculário recahir em uma pessoa de importancia, para 2.º n'um individuo que funcione como fiscal e contador, tendo a seu cargo a respectiva escripturação; e para 3.º no exactor responsável, na qualidade especial de thesoureiro. D'esta conexão resulta:—1.º, que os grandes valores não estão ao facil alcance de serem rapidamente subtraídos; 2.º, que o exactor responsável, o thesoureiro, não pôde dispor senão de pequenas sommas, que são as que diariamente lhe devem ser entregues para occorrer ás despesas ordinarias, ou ás que forem superiormente ordenadas, (devendo prestar fiança com relação ao capital que lhe for entregue para as referidas despesas, fazendo-se para este fim um calculo approximado); e 3.º, que a responsabilidade moral e material de todos os actos fica por tal forma ligada, que se o exactor quizer aberrar dos seus deveres, o fiscal lhe pôde impedir a acção, e vice-versa.

Or se na agencia financeira em Londres se estabelecesse um cofre com tres chaves para guarda de todos os valores, sendo 1.º claviculário o nosso representante na corte de Londres; 2.º o chefe da agencia na qualidade de fiscal, e contador; e 3.º o thesoureiro na qualidade de exactor responsável, prestando fiança nos termos que indicou, parece-lhe que assim ficavam seguros os interesses da fazenda.

Felizmente não tem havido até agora um grande damno, mas por isso mesmo é conveniente acautelá-lo, porque está previsto (apoiados).

Quanto á prestação de contas, uma das principais garantias da fazenda publica, entende que o chefe da agencia sendo um verdadeiro responsável não pôde dispensar-se de comparecer perante o tribunal de contas, porque a lei assim o ordena; e se as contas com respeito ao pagamento dos juros da divida externa, que o chefe da agencia presta na junta do credito publico podem ser incluídas nas que a junta deve apresentar ao referido tribunal, nos termos do decreto de 19 de agosto de 1859, outro tanto não pôde dizer-se com relação aos demais pagamentos, e transacções que verifica, e cuja escripturação é feita no direcção geral da thesouraria em presença dos documentos remetidos pelo mesmo chefe. O tribunal de contas foi, e com justificada razão, considerado competente para o ajustamento das contas de Mendizabal e Carbonell, e sendo a agencia financeira em Londres uma sequencia da gerencia de Carbonell, como declara o decreto de 23 de dezembro de 1835, não pôde duvidar-se da competencia do mesmo tribunal para o julgamento das contas dos chefes da agencia (apoiados).

Em vista do ponderado parece-lhe que para bem se poder apreciar o merecimento do projecto em discussão, é necessario que o governo declare á camara quaes são as medidas que pretende adoptar para se evitarem quaesquer futuros extravios e dilapidações, porque se estas se não pôdem evitar pelos meios até agora adoptados, lance-se mão ou dos que apontou, ou de outros sufficientes a garantir os interesses da fazenda publica, de forma que se não repitam os factos que constam do projecto n.º 10; e a este respeito seja-lhe permitido dizer que se por ventura se tivessem publicado instrucções de execução permanente, ordenando-se que no caso de conversão de fundos os titulos fossem inutilizados na presença do portador por meio de averbamento ou corte, e estas instrucções fossem publicadas também em alguns jornaes de Londres e Paris, nem teria logar o extravio de que trata o projecto n.º 10, nem a nação seria obrigada a satisfazer quantia alguma, porque os possuidores dos titulos não podiam socorrer-se ao principio da boa fé, nem allegar ignorancia (apoiados). Esta falta é para lamentar, e tanto mais quanto é certo que as instrucções de 23 de março de 1853, publicadas no *Diário do Governo* de 2 de abril do mesmo anno, para se levar a effecto a conversão da divida publica fundada, determinada pelo decreto de 18 de dezembro de 1852, não contendo a especialidade apontada, dos titulos serem inutilizados na presença do portador, apenas com respeito á conversão da divida externa fundada determinaram no art. 25.º, que se observassem as disposições que lhe podessem ser applicaveis conforme a natureza dos titulos, e a pratica seguida na agencia financeira em Londres; de forma que se pôde afontamente sustentar, que a conversão de fundos ou troca de titulos de divida externa tem sido sempre feita a arbitrio do chefe da agencia. Não é assim que se fiscalisam os grandes interesses da fazenda; e sem a menor idéa de

irrogar censura, lembra que muito conviria que o governo não limitasse as suas medidas financeiras á reforma do systema tributario, ou á criação de novos impostos; cumprindo-lhe primeiramente attender para os diferentes ramos de serviço fiscal que se mostram abandonados. Teme que o producto das novas fontes de receita publica, que se pretendem crear, tenha um dia de ser applicado ao pagamento de indemnisações iguaes ás de que trata o projecto n.º 10, e é por isso que pede ao governo se digne esclarecer a camara sobre o seu futuro procedimento com respeito á agencia financeira.

Aproveito esta occasião, como a mais opportuna para tratar da grave questão da agencia financeira em Londres, questão que infelizmente tem sido até hoje abandonada. Sente que a sua voz não seja tão autorisada que possa mover toda a camara a tomar parte n'este importante assumpto. Cumprir no entretanto um dever, satisfaz ás obrigações que lhe impõe a posição de representante do paiz, e se nada conseguir lamentará os males da patria, mas com a consciencia tranquilla (apoiados).

Remette para a mesa a sua moção d'ordem concebida nos seguintes termos (leu), e declara que não tem em vista fazer opposição acinosa ao governo; fallou em harmonia com os seus principios, e com a doutrina que já sustentou na camara a primeira vez que pediu a palavra (apoiados).

Lê-se na mesa a seguinte proposta:

«Proponho que se adie a discussão do projecto n.º 20 até que o governo apresente á camara as medidas que julgar convenientes para evitar qualquer extravio que possam ter os fundos que se pretendem levantar sobre titulos de divida fundada externa, e para que se não repitam os factos esboçados que constam do projecto n.º 10.—Hermenegildo Augusto de Faria Blanc.»

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro) (sobre a ordem);—não entra na questão suscitada pelo sr. deputado, e quer só dizer que a sua proposta não pôde ser considerada como questão previa ao projecto em discussão, porque não tem com elle nem a mais remota ligação; e se para resolver a questão da agencia financeira em Londres é preciso adiar este projecto, será preciso sem duvida também parar com todos os encargos commettidos áquella repartição, o que não pôde ser (apoiados).

Mas, já que tem a palavra não pôde deixar de protestar, não contra a exposição do illustre deputado, mas contra algumas illações que d'ella se podem tirar, quando o sr. deputado se referiu ao extravio committido por certo empregado, extraviu a que se refere o projecto n.º 10, ligando a materia d'esse projecto com a do projecto n.º 20 em discussão, quando nem o proprio projecto n.º 10 tem nada com a agencia financeira em Londres, logar que tem sido sempre preenchido e o está sendo actualmente por um cavalheiro respeitavel, ácerca do qual não ha o menor motivo para suspeitar (apoiados).

Mas ha mais alguma cousa. O facto a que se refere o projecto n.º 10, podia dar-se do mesmo modo, houvesse ou não a fiança de que falla o sr. deputado, porque foi praticado por um individuo, que exercendo funções publicas, abusou do caracter que lhe davam essas funções, mas não o praticou no exercicio d'ellas (O sr. Faustino da Gama;—apoiado), e o governo entende que rigorosamente não era obrigado a indemnizar os possuidores d'esses titulos, mas que é conveniente indemnisa-los para manter o credito publico (apoiados); e por isso apresentou á camara a proposta, que está disposto a sustentar quando entrar em discussão.

Nada mais diz sobre tudo quanto o sr. deputado apresentou, porque nada do que avançou vem para a questão que ora se trata, e entende por isso que a proposta do sr. deputado não pôde ser approvada.

O sr. Presidente;—a proposta do sr. deputado pela maneira que está concebida, não pôde ser considerada como questão previa, mas sim um rigoroso adiamento, e como tal precisa ser apoiado.

E apoiado e entra em discussão.

O sr. Faustino da Gama;—com quanto conheça que é necessario olhar muito seriamente para a nossa agencia financeira em Londres, dar-lhe uma organização adequada ás importantes funções que ella tem a desempenhar, e mesmo tornar os nossos bonds o menos facéis de falsificar que seja possível, a exemplo de que a junta do credito publico fez com as inscricções de coupons, que estão hoje ao par das mais perfeitas notas de qualquer banco de circulação, com letras de agua, estampadas na junta em papel feito expressamente para aquelle fim e chapas, parte feitas fóra do paiz, parte aqui, de modo que cada coupon tem uma letra de agua diferente da do seu immediato, o que torna a sua falsificação, a seu ver, impossivel; com este melhoramento e outros, que reputa necessarios e urgentes, muito se melhoraria a nossa agencia financeira. Não concorda em que seja agora n'este momento conveniente parar na discussão da materia de que se occupa a camara até que o governo apresente o plano de organização d'aquella agencia; negocio grave e que necessariamente deve levar algum tempo, e ser feito de modo que se não interrompa o andamento regular d'aquella machina auxiliar. Approve-se, rejeite-se, ou adie-se o projecto em discussão, mas não vamos misturar o gravissimo negocio da agencia, como por incidente, com outros negocios, porque elle só por si é digno de occupar a camara, e a camara terá de se occupar d'elle.

É bom que a camara saiba que a agencia dá as suas contas á junta do credito publico, mas a agencia não se reputa uma emanção da junta e assenta que emana do governo, e que a este é que deve obediencia; d'aqui resulta maior responsabilidade para o governo e menos acção para a junta, que não tem a que deve ter sobre quem gere as enormes sommas que a junta lhe remette para pagamento dos dividendos, e que mais immediatamente conhece o que vae bem e o que vae mal (apoiados). Sobre este importante objecto já elle, orador, na sua capacidade official tem feito a deo sr. ministro da fazenda e a seus antecessores, varias e repetidas observações com a reserva que o caso pede, e agora mesmo deseja guardar; e ainda não ha muito que a junta do credito publico consultou o governo sobre tão ponderoso objecto.

A agencia não data dos reis. Ramon e Carbonell, é mais antiga, vem do tempo do sr. Mendizabal, e essas 80:000 libras de 1836 de que falla o sr. deputado, que se não justificaram com documentos, não tem relação com a actual agencia financeira, e sobre o que, e outras verbas, muito se tem dito e escripto por um e outro lado.

Estimaré ver

a agencia financial em Londres é alheia ou pôde ser alheia ao modo porque essas sommas se levantam. Não se pôde considerar esta questão indifferente por que não somos bastante ricos para isso. O empregado que está á testa d'esta repartição em Londres é um homem muito honrado e muito cavalheiro, mas no mesmo caso estão os directores do banco de Londres onde se roubaram 200.000 libras na sua presença, e nós temos de pagar o que os nossos funcionarios distrahem ou deixam distrahir não só no exercicio das suas funcções, mas fora d'ellas.

Concorda com a proposta do sr. deputado, porque entende que o projecto em discussão dá margem para se poder avaliar a reorganisação da agencia financial em Londres.

A requerimento do sr. Camara Leme julga-se a materia discutida, e é rejeitado o adiamento.

O sr. Presidente:—declara que continua a discussão sobre a generalidade do projecto.

O sr. Carlos Bento:—este projecto tende a relevar o governo da responsabilidade de que elle confessa ter incorrido, e parecendo-lhe que o parlamento pôde conceder mais um bill de indemnidade em circumstancias analogas a outras que já tem concedido, entende comtudo que a camara não cumpria com um dos seus mais rigorosos deveres, se não examinasse os negócios publicos foram dirigidos de maneira que a fazenda nacional não fosse victimada de prejuizos consideraveis. E por esta occasião chama a attenção do sr. ministro da fazenda para o seguinte ponto, que tem ligação com o assumpto. S. ex.ª declarou que o direito de petição é incontestavel, mas que as camaras e os governos devem dirigir-se pelas suas razões, e não pela pressão que se estabelece por meio da opinião. É a primeira vez que ouve dizer, que a manifestação da opinião é uma pressão; não o pôde ser nos governos constitucionaes, em quanto se não demonstrar que essa opinião é errada, em quanto se não analisa. Não se diga que a manifestação da opinião é completamente livre em todos os pontos, porque em alguns as autoridades talvez tenham pretendido, não dirá oppor-se, mas disciplinar essa manifestação, e não reconhece nas autoridades o direito de se opporem a que se represente n'um ou n'outro sentido. A opinião é a verdadeira força que os governos podem ter á sua disposição para governar constitucionalmente, e mesmo não ha governo forte que não se lisonjeie com os estímulos da opinião.

O governo pede um bill de indemnidade, e diz que elle é indispensavel porque foi obrigado a distrahir fundos da applicação legal, porque ha um deficit consideravel, deficit que já existia nas administrações anteriores.

Concede o bill de indemnidade dentro dos limites que indicou, mas não pôde deixar de declarar, que este facto prova que não houve razão sufficiente para atacar outras administrações quando pediram ao parlamento outros bills de indemnidade.

E verdade que no nosso paiz o desequilibrio entre a receita e a despesa tem tornado necessario umas vezes consolidar dividas, para com o seu producto satisfazer ás despesas, outras augmentar a divida flutuante, e outras atar a satisfação dos encargos publicos. Mas não será augmentar o deficit fazer operações ruinsas, apesar de que as sommas que por ellas se levantam sejam para satisfazer os encargos publicos? Entende que sim. Se pois demonstrar que operações emprehendidas na melhor fé, com o melhor desejo de acerto, foram feitas em taes condições que o paiz se viu privado de recursos que se podem calcular em centos de contos de réis, entende que uma tal gerencia deve merecer a attenção da camara, e ser julgada com imparcialidade; e na occasião em que o governo vem dizer ao paiz «é necessario pagar mais», o paiz, e por consequencia a representação nacional, tem todo o direito de dizer ao governo, «quero saber como administras».

Para fazer face ao desequilibrio entre a receita e a despesa, celebrou o sr. ministro da fazenda um contrato em 30 de junho de 1859. Reputa este contrato altamente inconveniente, que fraudou os interesses do paiz, e julga a mais inútil de todas as cousas o declarar, que reconhece a boa fé do sr. ministro da fazenda na celebração d'este contrato.

O governo precisava de dinheiro, era indispensavel realisa-lo, e na occasião em que existia uma guerra na Europa. Mas as 600.000 libras que o governo contrahiu, realiso-as n'aquella occasião, ou seria indispensavel te-las no mesmo momento? Parece-lhe que não, porque, segundo o contrato, essa somma é entregue em prestações que acabam em outubro de 1860.

Logo não foi a urgencia das circumstancias, a necessidade de satisfazer a uma despesa immediata, que determinaram o levantamento de uma somma d'esta natureza; não podia ser senão a certeza que o governo queria adquirir á custa de um sacrificio um pouco mais forte, de dentro de um certo periodo ter uma receita com que contasse. Mas nem mesmo esta segurança o governo conseguiu, porque se os nossos fundos descerem abaixo de 60 por cento, não tem a garantia de que poderá realisar a somma de 600.000 libras.

Em primeiro logar, vê que esta operação podia ser feita por quem não tivesse capitães, por quem não desembolsasse um real, bastando ter conhecimento com qualquer banqueiro, e a segurança de que o governo por cada letra que se lhe entregava com o vencimento de tres mezes, ha de dar uma somma em titulos n'um valor que pôde realisar-se sem preciso de desembolsar nem um real; e são estas as circumstancias em que se acha o individuo que contrahiu com o governo, acrescentando ainda a circumstancia de que a unica garantia que o governo tem da realisação da operação é o deposito de 12.000 libras, ou o que restar d'esse deposito, depois de se terem feito as entregas que o mesmo contrato obriga a fazer.

As circumstancias politicas em que se achava a Europa na occasião em que o sr. ministro contrahiu, não o autorizavam a contrahir por esta forma. Por ventura em 30 de junho, quando se celebrou o contrato havia o receio do prolongamento da guerra? Em 8 de julho estava assignado um armistício em que toda a gente viu uma paz, e se o sr. ministro pôde dizer que em 30 de junho não sabia que este acontecimento havia de ter logar, também s. ex.ª devesse arrogar-se a mesma faculdade que quiz para si o individuo com quem contrahiu, que quiz a reserva de quinze dias para depois declarar se queria ou não o contrato.

Disse o sr. ministro que não admira que se celebrasse este contrato, porque também a França tinha celebrado um contrato em que havia differença entre o preço da emissão dos seus fundos e o preço dos mesmos fundos no mercado. Mas a França estava n'uma guerra imminente, precisava prover-se para as despesas da guerra, não se achava nas mesmas circumstancias em que estava Portugal, e alem d'isso, não é o mesmo contrahir com um banqueiro determinado e contrahir com o paiz, como fez o governo francez.

Nas nações mais adiantadas manifesta-se resistencia, não só ao pagamento de novos impostos mas muitas vezes ao pagamento dos antigos, sob pretexto de não haver fundamento para confiança em actos que se praticam, e elle orador, dirá que na sua opinião a leitura attenta d'este contrato basta para convencer de que a administração actual não pôde continuar a merecer a confiança do paiz.

Concede o bill de indemnidade, mas lamenta que o sr. ministro da fazenda não completasse a demon-

tração do emprego que havia dado ás sommas que tinham outro destino, por quanto, chegando a sua demonstração a 700.000\$000 réis, não attinge comtudo a quantia de 1.400.000\$000 réis, que foi necessario gastar por deficiencia de receita e por excesso de despesa.

O sr. ministro confessa no seu relatório que nos oito mezes e meio da sua gerencia, houve o desvio de 1.400.000\$000 réis, quando em dois annos de administração do seu antecessor o sr. Avila, tinha havido o desvio de 900.000\$000 réis, e d'aqui se vê que no calculo dos desvios, vamos em progressão ascendente.

Pode-se dizer que se legaram encargos á administração actual, a que tinha de fazer face, mas a administração que a precedeu também teve herança de difficuldades; e ainda mais o sr. Avila, quando entrou para o ministerio, achou um encargo de um empréstimo de 600.000\$000 réis sobre as contribuições directas, e o sr. ministro da fazenda teve uma receita extraordinaria de 600.000\$000 réis, que se não fosse o empréstimo do banco não receberia durante os primeiros seis mezes da sua gerencia; grande differença e muito maior quando se considerar que o ministerio transactou se viu a braços com o flagello da febre amarella, e com uma crise commercial como nunca tinha havido na Europa, circumstancias estas, que todavia não o levaram a realisar titulos por preço tão desgraçado como aquelle que se estabeleceu para os titulos que se realisaram para effectuar o pagamento de 600 mil libras sterlingas.

E concluindo, julga do seu dever chamar a attenção do sr. ministro da fazenda, para que dê novas explicações sobre um acto da sua gerencia que tanto influíu no augmento do deficit, porque se não vendesse os titulos tão baratos não tinha que emitir tantos, nem tinha que pagar tantos juros.

O sr. Pequeto (sobre a ordem):—Lê e manda para a mesa a seguinte moção de ordem:

«Propoño o adiamento do projecto até que o governo mostre que as quantias transferidas das suas applicações especiaes foram gastas na satisfação das despesas estabelecidas nas leis.»

E diz em sustentação d'ella, que está prompto a conceder o bill de indemnidade, mas que o seu espirito não se satisfaz sem que primeiro o governo mostre que os fundos foram mais bem applicados, do que o seriam ao destino especial que tinham, e por isso julga necessario que se faça esta demonstração previa.

Lida na mesa a proposta de adiamento é apoiada e a requerimento do sr. Nogueira Soares, resolve-se que fique em discussão conjuntamente com a generalidade do projecto.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro) (sobre a ordem):—vae mandar para a mesa uma moção de ordem, mas antes de o fazer permitta-lhe a camara certas observações em relação ao adiamento que o illustre deputado que o precedeu acaba de propor, e que provavelmente se funda em algumas reflexões produzidas pelo nobre deputado que enceto a debate.

O governo não fez mais do que cumprir o seu dever, e por isso não merece, nem se arroga o elogio, trazendo ao parlamento todos os factos, pelos quizes possa ser avaliada a sua gerencia, e a camara haja de tomar uma resolução. Era-lhe impossivel, antes de findo o anno economico, apresentar a conta completa e detalhada das despesas todas do estado, a uma parte das quaes se applicaram estas receitas, que por lá tinham uma applicação especial, e não podia mais do que apresentar em largos traços, como o fez no relatório que trouxe á camara, os motivos que o tinham obrigado a desviar aquellas sommas da sua applicação. E n'estes termos como pôde o governo dizer que esses 700.000\$000 réis a que se referiu um dos illustres deputados foram applicados a despesas de uma ou outra categoria? Foram applicados ás necessidades do thesouro, ás despesas votadas por lei, para uma parte das quaes não existiam meios suficientes.

O julgamento definitivo do facto, em relação á despesa publica, ha de ser verificado pelo parlamento em occasião competente, porque as contas de despesa que se apresentam ao parlamento devem ser previamente examinadas pelo tribunal de contas, e é quando o tribunal tiver dado o seu parecer, quando existirem esses esclarecimentos, que o governo deve prestar as contas, e o parlamento tomar-lhas.

Agora trata-se de avaliar se houve ou não circumstancias que justificassem a applicação que se deu a receitas que tinham outro destino, e para a justificar basta provar a existencia do deficit. Nem o governo tem a envergadura, como não tinham as administrações anteriores, dos factos que apresenta ao parlamento, e o que tem é a restricta obrigação de prover de accordo com o parlamento, a que de futuro se não repitam, como no passado, por uma necessidade imperiosa.

Sem fazer por agora um longo discurso sobre o assumpto, porque provavelmente ainda terá de tomar outra vez a palavra n'este debate, manda desde já para a mesa a sua proposta, posto que mais proprio seria apresentá-la na discussão da especialidade, porque bom é que a camara possa já ter d'ella conhecimento para a tomar em consideração. É a seguinte:

«Propoño a eliminação no artigo 2.º dos seguintes palavras:—e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral approvada pelo decreto de 22 de junho de 1859.—Casal Ribeiro.»

Aproveita a occasião para responder succintamente a algumas observações que pelo sr. deputado abrio o debate foram produzidas.

O governo acata a opinião em geral, e a opinião sensata é a base de todo o systema representativo, pede aos illustres deputados que não interpretem mal as palavras que no principio da sessão pronunciou a este respeito; o governo respeita a verdadeira opinião, e não se insurrecciona contra ella.

A epocha em que estamos é muito analoga a uma que não vae muito distante. Em 1856 em uma questão de impostos, porque as questões de impostos são difficíes sempre de levar a effecto, e sempre excitam mais ou menos as susceptibilidades dos contribuintes, porque no fim de tudo, é sempre desagradavel sentir augmentados os encargos que sobre elles peçam; em 1856 diz, representou-se contra os impostos, excitaram-se essas representações, excitou-se a opinião, e aproveitou-se essa excitação para fazer cair a administração que estava á frente dos negócios, e fez-se substituí-la por homens de outra parcialidade.

O facto de cair uma administração, é da ordem natural das cousas, e muitas vezes é bom que homens que pertencem a outras escolas que se não acham distanciadas por grandes principios, venham prestar os seus serviços a bem do paiz; mas que não pôde deixar de lastimar é, que homens muito valiosos se vissem mais tarde na necessidade de não poderem prestar ao seu paiz os serviços que d'elles se podiam esperar, porque traziam consigo este peccado de origem.

O governo respeita a opinião, mas entende que convém mais esclarecê-la e leva-la para os verdadeiros interesses do paiz, do que excitá-la, e promover excitações que não prejudicam um gabinete, uma situação, uma administração, mas que hão de prejudicar muito a administração publica, e os interesses mais caros do paiz.

E vem a proposito responder agora a uma obser-

vação apresentada pelo illustre deputado quando disse que em materia de desvios, vamos em progressão ascendente.

Antes de entrar na apreciação de quaes tem sido esses desvios, não podia deixar de dizer que, em quanto se não adoptarem remedios e remedios efficazes para o augmento da receita publica, e para que os encargos possam ser satisfeitos por essas receitas, os desvios hão de ir em escala ascendente, e o contrario, seria um phenomeno que não sabe onde encontrar a explicação.

Se tem augmentado os desvios é porque a receita publica não tem crescido á proporção do que tem crescido as despesas; e todos sabem que ha despesas provenientes de assumptos urgentes a que é necessario attender, e a que nenhum governo pôde resistir nem deve resistir, porque nenhum governo hoje poderia parar com os trabalhos publicos, e com o desenvolvimento da viação publica (apoiados).

Hoje todos reconhecem que é esta uma das primeiras condições do progresso do paiz, a que governos não podem deixar de attender, porque este principio está conquistado como uma boa pratica (apoiados). Também se não pôde deixar de pagar os juros da divida fundada e não fundada, porque os principios de credito não são hoje materia de contestação; são dogmas, e dogmas que se não podem deixar de seguir pontualmente, assim como se não pôde deixar de pagar pontualmente aos funcionarios publicos (apoiados).

Como é possivel, pois, que não tenham ido em progressão ascendente, os desvios de receitas que por lei têm uma applicação especial, se os governos se têm visto obrigados a satisfazer a outras obrigações igualmente sagradas, e cuja satisfação não teriam podido effectuar, se não tivessem applicado para ellas alguns meios que tinham uma applicação especial?

Esta é a historia que todos conhecem, mas que é necessario apresentar francamente ao paiz, para que elle se não deixe guiar e arrastar por preconceitos que nos podem levar a graves difficuldades: é necessario mostrar ao paiz que o governo collocado entre o cumprimento de dois deveres igualmente sagrados, não podia deixar de attender ao pagamento das despesas que a lei o obrigava a fazer, e que sem grave transtorno não podiam ser preteridas (apoiados).

Se se quer sair d'este estado é necessario por uma vez equilibrar a receita com a despesa; é necessario que todos se compenhem na necessidade que ha de fazer sacrificios, e de augmentar a receita.

Pôde-se adiar a questão do imposto: pôde-se recusar a questão do imposto, ou seja pela debilidad politica de não querer arrostar com falsos preconceitos, ou por se não ter confiança nos homens que estão á frente dos negócios. Os illustres deputados da opposição estão no seu direito de recusarem a votação do imposto por falta de confiança, mas quando a opposição produz tal razão, dá direito a que a maioria o vote.

Mas adiado-se o imposto, não faz isso com que elle deixe de se votar para mais tarde, porque o deficit é o imposto, e o mais pesado de todos os impostos. O deficit pela sua propria existencia aggrava-se: se é pequeno em um anno, eleva-se no outro anno, porque as quantias que for necessario levantar para occorrer a elle, accumulam-se; e seja qualquer que for a forma por que elle se represente, hade vir necessariamente a traduzir-se em augmento de encargos para o paiz, e esse augmento de encargos hade traduzir-se em augmento de imposto, e quanto mais se adiar a questão, mais grave e mais violentos hão de ser os sacrificios que se hão de impor ao paiz (apoiados).

A maior parte do discurso do illustre deputado foi dedicado a mostrar que o governo tinha procedido levemente e imprudentemente na maneira porque realiso uma operação de credito, de que opportunamente foi dada conta ao parlamento, e que tem intima ligação com o projecto que se discute, operação esta que o parlamento tem direito a examinar, e foi de certo para esse exame que o governo submetteu ao parlamento o documento competente, e ao exame do parlamento submette a sua gerencia e reconhece e aceita a competencia d'ella.

Já em outra occasião alludi a este objecto, e fez a respeito d'ella algumas considerações á camara, parte das quaes terá de repetir, porque lhe parece que ellas justificam o procedimento do governo, e mostram que se o governo assim procedeu foi levado pelas necessidades imperiosas de prover aos meios necessarios para occorrer ás despesas extraordinarias e ordinarias a que tinha de satisfazer.

O illustre deputado admittiu-se de que fosse trazida aqui, como motivo de justificação, a comparação dos termos da operação a que se referiu em uma epocha proxima, e que tinha sido realisaada em França. Pareceu ao illustre deputado que só o receio de uma guerra imminente, podia levar-nos a contrahir em uma praça d'esta ordem. Não eram os motivos da guerra, não era o receio de que a guerra se generalisasse, nem a probabilidade de que os acontecimentos que então se davam na Italia viessem directamente envolver-nos, que levava o governo a levantar sommas e sommas avultadas n'aquella occasião.

Não são só as despesas da guerra que podem obrigar os governos a recorrer a operações de credito em larga escala, são também as despesas da paz: nem só no tempo da guerra ha necessidades a preencher.

E senão era provavel que nós fossemos envolvidos directamente em acontecimentos que mostravam tendencias para se localisar, não é menos certo que no credito, nos capitães ha uma certa solidariedade: não é necessario que um paiz se ache envolvido em difficuldades, basta que se ache envolvido qualquer paiz da Europa para que o credito se resinta, e resente-se não só o credito d'esse paiz que se acha envolvido em difficuldades, mas mesmo o credito dos outros paizes.

O que se deve tratar de saber é se sobre o thesouro pesavam encargos taes, que obrigavam o governo a levantar sommas, e sommas importantes, para applicar ás despesas a que tinha de occorrer, e este ponto parece-lhe estar sobejamente explicado no relatório que apresentou.

Mas voltando á epocha de 1856, precisa indicar alguns factos, porque elles são necessarios para a demonstração, a fim da camara ver que os desvios de que o illustre deputado fallou, e que disse iam em escala ascendente, não são só os d'esta administração.

Os encargos legados pela administração actual foram os seguintes: Pela lei de 15 de julho de 1856 votaram-se réis 1.500.000\$000 para estradas e caminhos de ferro, e no relatório de 9 de dezembro de 1857 o sr. Avila mostra que parte d'estas sommas não tiveram a applicação devida; e pela lei de 5 de março de 1858 foi o governo d'esse tempo relevado pelo desvio de 502.951\$881 réis, e autorisação a levantar esta somma, para o que foram creadas inscrições na importancia de 1.093.000\$000 réis.

Para o empréstimo de 1.500.000\$000 réis foram creados bonds na importancia de 833.300 libras, e a lei de 20 de junho de 1857 applicou á despesa de caminhos de ferro o producto do excedente d'estes bonds, que foi de 168.547\$76 réis. O relatório de 7 de novembro de 1858 declara que esta somma era applicada ao pagamento das letras, representando acções da companhia do caminho de

ferro de leste, e até 16 de março de 1859, epocha em que esta administração tomou conta dos negócios, não teve esta applicação 112.510\$368 réis.

A lei de 5 de março de 1858 trata da consolidação da divida flutuante pela venda dos titulos empenhados. Até 16 de março de 1859 estava contrahida a venda de 316.900\$000 réis de inscrições. Pelo excesso do producto d'estes titulos sobre os 40 por cento por que estavam empenhados, realiso-se 235.000\$000 réis, e pela venda directa nos districtos realiso-se 8.949\$625 réis; e posteriormente, pelas mesmas origens, tem-se realisaado 32.517\$250 réis.

Pela lei de 30 de junho de 1857, que autorisa a compra de navios de guerra, realisaram-se em 1858 os 800.000\$000, e restavam por pagar em 16 de março de 1859 37.762\$651 réis. O excesso da despesa liquidada e para liquidar, e já paga quasi na totalidade sobre o credito, sabe a 233.000\$000 réis.

Como se vê, restava ainda á administração actual pagar dos 800.000\$000 réis, votados para a compra dos navios de guerra, a somma de 37.000\$000 e tanto. E não era só isto, porque o credito havia sido largamente excedido, de certo nas melhores intenções, sendo isso devido ao desejo que houve de se dotar a marinha portugueza com meios que ella não tinha, e nenhum governo podia deixar de o fazer, nem o actual deixar de honrar a firma dos seus antecessores, e pagar as obrigações por elles contrahidas. E d'este modo não podia deixar de satisfazer pontualmente, como satisfaz, esta divida, e de vir depois pedir a legalisação d'ella ao parlamento.

Restavam ainda outros meios de receita, que provieram da lei de 4 de junho de 1857; criação de titulos para a liquidação da companhia e empreiteiros, e despesas do contrato Petto.

Crearam-se 424.000 libras para pagar aos empreiteiros. A ultima letra d'estes, na importancia de 132.000\$000 réis venceu-se, e pagou-se em maio de 1859.

Sobre 1.000.000 libras, do mesmo fundo, levantou-se o empréstimo de 1.800.000\$000 para estradas, e melhoramentos; e applicou-se até 16 de março da estradas 722.735\$400 réis, e a melhoramentos da capital 240.125\$000 réis.

Restava despendir em estradas 277.264\$600 réis, e em melhoramentos da capital 559.875\$600 réis, na somma de 837.139\$600 réis.

Resumindo, vê-se d'aqui que estas receitas extraordinarias, que estes desvios, pela origem a que se referiu, não foram só em relação ao periodo anterior áquelle que vem referido no actual relatório, porque não tinha que referir aquelles meios que já tinham sido anteriormente legalizados pelo parlamento, mas na comparação que se fez quando se quiz mostrar a differença de sommas que durante a gerencia da actual administração, deixaram de ter a legal applicação com as da administração anterior, era necessario tomar isso em consideração embora já se achassem legalizadas, e por esse motivo não podiam ser incluídas n'esta lei.

Resumindo vê-se que pelos mesmos fundamentos, pelos mesmos motivos, levado pela mesma imperiosa necessidade tem sido desviados

Do empréstimo de 1.500.000\$000 réis.....	502.951\$881
Do excedente de produção dos bonds	112.510\$368
Do consolidação da divida flutuante	235.000\$000
Do producto da venda de inscrições.....	8.949\$625
Do empréstimo para navios.....	37.762\$651
	897.174\$525

Do producto de bonds creados pela lei de 4 de junho de 1857, somma comprehendida em de réis 2.135.388\$199, cuja legalisação se pede.....	947.484\$411
	1.844.658\$936

E uma parte d'estas quantias representavam para a administração actual, encargos que ella tinha necessariamente de satisfazer e de satisfazer dentro de certos e curtos periodos, e estas sommas são:

Para estradas em 1858-1859.....	277.264\$600
Para melhoramentos da capital.....	559.875\$600
Para navios de guerra.....	37.762\$651
Para o excedente d'este credito.....	233.558\$449
Para a ultima letra dos empreiteiros.....	132.000\$000
Para as letras do caminho de ferro.....	112.510\$368
	1.352.971\$068

A administração actual, pois, tinha 1.352.971\$068 réis necessariamente a que satisfazer, para o que lhe foi preciso levantar os meios necessarios. É certo que o pagamento d'estas quantias não era feito todo n'um dia, ou n'um mez; entretanto o seu pagamento era urgente, e o governo entendeu que não podia deixar, em circumstancias tão graves, de obter a certeza de ter meios para satisfazer os encargos que lhe haviam sido transmitidos, e para parte dos quaes não tinha receita ordinaria para os poder satisfazer.

E o mesmo illustre deputado reconheceu que seria este o motivo que levou o governo a assegurar-se desde logo com os meios precisos para nas devidas epochas satisfazer estes encargos, contrahendo as sommas que lhe pareceram indispensaveis para occorrer ás despesas a que já se referiu e áquellas que o governo tem ainda que satisfazer.

Pareceu ao illustre deputado que não ha bastante garantia na maneira por que foi contrahida aquella operação de que ella fosse realisaada, e de que o governo se achasse com os meios necessarios nas epochas precisas para occorrer ás despesas do estado, observando também que as prestações do empréstimo podiam ser recebidas até outubro de 1860. É verdade que eram estes os termos em que o empréstimo se achava contrahido, mas também era certo que a posição do governo era diversa, tendo como tem a certeza de realisar, em certas e determinadas epochas, certas e determinadas sommas. Era melhor isto do que o governo ter dia por dia, momento por momento, de recorrer ao mercado; o governo entende que uma das melhores garantias é ter a certeza de que em certas e determinadas epochas, realisarás certas e determinadas sommas para occorrer ás despesas publicas, e será até facil representar intermediariamente sommas que elle tem a certeza de haver n'essas certas e determinadas epochas.

Quanto á comparação que o illustre deputado fez d'esta operação com a que se verificou em França, ainda insiste nas mesmas idéas que apresentou quando pela primeira vez o mesmo illustre deputado fallou n'este negocio.

Também disse o illustre deputado, que o contrato não tinha garantias bastantes para ser executado. Notaria a este respeito, que o contrato tem as garantias possíveis em contratos d'esta ordem; em contratos de empréstimo e de obras publicas e outras d'esta natureza não ha senão a obrigação que tomam a si as pessoas que contrahem, e de certo não deve suppor-se que faltarão a ella, porque d'ahi viria o seu descredito, e por outro lado a perda do deposito, que é garantia subsidiaria, por falta do cumprimento das estipulações do contrato, e portanto no proprio credito da pessoa que contrahiu se encontra a garantia de que taes operações hão de ser realisaadas.

Igualmente viu o illustre deputado differença n'este modo de contrahir em relação a outros contratos. É

verdade que ha alguma differença, mas é em sentido inverso d'aquella que o illustre deputado entende. Nos paizes em que os governos podem contrahir e adquirir sommas por meio das subscrições publicas, esses governos podem contrahir melhor.

Quando o governo pôde dispensar uma casa commercial, um banco, um estabelecimento de credito para por intermedio d'elles fazer taes operações, quando o governo pôde francamente dirigir-se ao publico e esperar d'elle, seja em razão do motivo de interesse, seja mesmo em razão do motivo de amor proprio ou por amor nacional, o auxiliar o governo nas empresas que carece executar, é de esperar que então essas operações sejam mais baratas, e devam sair mais baratas effectivamente do que aquellas que são contrahidas por intermedio de outros agentes, que, naturalmente, são as tomam senão para lucrar n'ellas. Ha, pois, differença, mas esta differença é toda no seu modo de ver, no sentido inverso d'aquella a que o illustre deputado se referiu. E não admira que não só por este motivo, alem de muitos outros, scia mais cara uma operação contrahida por intermedio de agentes, do que scia uma operação na qual o governo se dirige aberta e directamente á subscrição publica.

Nestas circumstancias, parece-lhe que está demonstrada a necessidade que o governo tinha de obter as sommas que lhe eram precisas para satisfazer ás necessidades imperativas e urgentes, e ás quaes ninguém queria que o governo faltasse; tendo mostrado, por outro lado, que não era livre ao governo escolher a occasião de contrahir, e que convinha assegurar-se para todas as eventualidades e habilitar-se para satisfazer aos encargos publicos, como lhe cumpria, julga ter respondido ás principais observações que o illustre deputado fez a este respeito, e reserva-se para mais tarde, em vista das observações que forem produzidas no debate, entrar ainda, se for preciso, na discussão d'este projecto, projecto que o parlamento ha de largamente apreciar; mas projecto que de certo no seu pensamento fundamental não foi impugnado pelo illustre deputado; e elle, orador, como o illustre deputado, também deseja que a discussão não seja restricta, não se contraia strictamente ao exame da responsabilidade dos factos de que se trata, mas que se alargue mais, que se tirem as illações que naturalmente se tiram d'estes actos, não para fazer o processo a ninguém, nem para fazer a critica e impor a responsabilidade a nenhuma situação; mas para que se veja que todas as situações, que todas as administrações se têm visto forçadas pela força imperiosa, imprevisível e inevitavel das circumstancias, a recorrer a estes meios extraordinarios, e para que o parlamento se convença de que taes meios extraordinarios não devem ter similante applicação, e que o credito se deve empregar para facilitar e promover os melhoramentos do paiz, e não para viver todos os dias e sempre á custa do credito (apoiados), para que convencidos todos d'esta verdade se unam todos na necessidade de não se deixarem guiar por illusões que podem e hão de ser funestas aos homens que actualmente estão no ministerio e a todos que lhes succederem no poder, e a mais que todos, ao paiz (apoiados), e para que se possa procurar o caminho que nos deve levar a sair d'esta triste necessidade dos governos virem tantas vezes ao parlamento pedir-lhe a sanction de actos que effectivamente importam uma grande responsabilidade legal (apoiados), mas todos podem desafrontadamente apresentar, porque não importam responsabilidade nenhuma moral para aquelles que os commettem, e que vêem pedir á camara a absolvição d'elles (apoiados, muito bem).

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje; declara que ficam considerados na ordem do dia os projectos n.º 25, que tem por fim regular os vencimentos dos officiaes do exercito sem acesso, para que os seus respectivos soldos sejam abonados pela tarifa de 1814; n.º 34, respectivo a dispensar dos exames, determinados nas instrucções de 21 de agosto de 1848, e regulamentos posteriores, os capitães que exercem o magisterio nas escolas de ensino superior; e que ficavam também em ordem do dia os projectos n.º 45 sobre a decima industrial, e n.º 47 relativo á decima pessoal; e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 28 de maio á chamada tres quartos depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Braamcamp, Alves Martins, Antonio Eleuterio, Gouveia Osorio, Henriques Secco, Pequeto, Fonseca Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Sousa Azevedo, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, conde da Torre, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Eduardo Cunha, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, Bivar, F. Coelho do Amaral, F. J. Costa e Silva, Gavicho, Chamigó, F. Pinto Tavares, R. Batalha, Blanc (Hermengildo), Palma, Ferraz de Miranda, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chrispiano da Fonseca, Alarcão, J. M. de Abreu, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Justino de Freitas, Abaim, Luiz Albano, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, Afonseca, L. Pinto Tavares, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, Placido de Abreu, D. Rodrigo de Menezes, Simão de Almeida, Thomás de Carvalho, Ferrer, visconde de Pindella, e visconde de Portocarrero.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Leiria.—O Archivo Rural publica as seguintes noticias do estado das colheitas n'este districto com referencia ao dia 10 do corrente:

«O aspecto das searas de trigo em geral é bom. As sementeiras de milho estão quasi concluidas. As vinhas, por em quanto, a vegetação é boa e sem sinais do oídio, mas mostram pouco fructo. Os olivais estão esperançosos. Os pomares geralmente tinham bastante fructo, mas as geadas que houve nas noites de 18 e 23 do mez passado muito os damnificaram.»

Aveiro.—O Campeão das Provincias de 26 dá conta do seguinte lamentavel desastre:

«Consta-nos que em um dos ultimos dias, na costa da Torreira, quando uma das companhias regressava do mar, ou fosse por falta de pericia na direcção do barco de pesca, ou pelo mau estado d'este, ou finalmente pela inconstancia sempre traçoira do vasto elemento, se submergiram uns quatro d'estes infelizes, tendo-se partido em pedaços o fragil baixel em que navegavam. Parece que outros mais estiveram para ser sepultados nas ondas; ignoramos porém como poderam salvar-se os que existem d'esta companhia dizimada.»

—A mesma folha dá as seguintes noticias da Beira, as quaes lhe foram communicadas com data de 20 do corrente:

«O milho tem regulado ultimamente nos differentes mercados de Lourosa e Oliveira do Hospital de 500 a 560 réis.

«O vinho pela maior

48300 réis. Ha uma esperança colheita de trigo e centeio, os cevadaes são mais inferiores.

Os batataes vão bons, e ainda sem lhes tocar a molestia.

As vinhas promettem uma colheita abundante, se o *oidium*, que já apparece, não fizer grandes estragos.

Espera-se bom tempo, e se for duradouro, os cachos desenvolvem de prompto, e quando o mal atacar com maior vigor, já elles melhor resistem; podendo assim esperar-se boa colheita.

Os olivares vão muito floridos, apesar da ferrugem que neste anno atacou os que estão em terra mais substanciosa.

Referindo-se ainda ao estado do tempo escreve o alludido jornal o que em seguida transcrevemos:

«Estes ultimos dias temos tido uma temperatura mais de estio, do que da quadra que atravessamos. Hontem refrescou mais a atmosphera.»

Porto.—No dia 24, conforme escreve o *Commercio do Porto*, foi o sr. presidente da relação, acompanhado do sr. guarda-mór, a cadeia da relação, onde visitou todas as prisões, e ouviu as representações dos presos, de que mandou tomar nota ao sr. guarda-mór, para providenciar.

Nesse dia existiam nas diferentes prisões e enfermarias 451 presos, sendo, d'estes 416 homens e 35 mulheres.

Povoas de Varzim.—Segundo diz uma folha portueza, já estavam concluidos os trabalhos graphicos da estrada que do Porto segua para esta villa, faltando apenas o levantamento de alguns perfis transversaes, que serão trabalho de uma semana. E engenheiro d'esta estrada o sr. Eduardo Augusto Falcao.

Monção.—No dia 13 d'este, mez segundo diz o *Viamense*, foi a pique na Seixeira, sitio do rio Minho, limites da freguezia de Barbeta, do mencionado concelho de Monção, uma barca que vinha carregada com mil e quinhentos alqueires de milho, dos quaes apenas se salvaram trezentos. Estão se fazendo diligencias para levantar a barca.

No dia 21 do corrente, conforme noticia ainda o mesmo jornal, ficou esmagado debaixo de um carro um pobre lavrador da freguezia de S. João da Portella, do mencionado concelho.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 24 do corrente, e de Paris até 22.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Roma, 23 de maio.—O destacamento de voluntarios, forte de 500 homens, que tinha invadido o territorio romano, voltou a Toscana, onde foi desarmado.

Em S. Lourenço, durante a noite, os soldados de um batalhão de caçadores, assustados por um tiro que se disparou, fizeram fogo uns contra os outros, ficando alguns mortos e outros feridos: entre estes ultimos figura um capitão e um tenente. Hontem (22) saíram forças para a fronteira.

Turim, 23.—O corpo de Zambianchi, que penetraram nos estados romanos, foi derrotado, e os prisioneiros conduzidos á presença do coronel Peinado, chefe do estado maior do general Lamoriciere.

Marsella, 23.—O jornal official de Naples affirma que Garibaldi se acha entre os voluntarios que desembarcaram em numero de 800, que este numero foi augmentado pelos sicilianos, que estas forças foram atacadas e vencidas pelo general Landi, porém que as cidades de Alcorno e Partenico tinham aberto as suas portas aos revoltosos.

Acrescenta o jornal citado, que Landi os derrotou segunda vez, e regressou depois a Palermo, onde reinava a maior agitação, dando lugar a que muitas pessoas emigrassem.

Berlin, 23.—Chegou uma nota diplomatica da Dinamarca, relativa á questão de Schleswig. Nesta nota, o governo dinamarquez nega a competencia da Allemanha.

Paris, 23.—Dizem as correspondencias dos Estados Unidos, que Juarez obteve um triumpho.

A *Presse* publica a carta de agradecimento dirigida pelo imperador dos francezes aos membros da commissão que, em Roma, promoveu uma subscrição para lhe ser offerecida uma espada. Sua magestade diz n'essa carta: «que o commove esse testemunho espontaneo dos seus sentimentos, e que o proprio papa approva a idea».

Diz o *Daily News* que o ultimatum apresentado pela Inglaterra e pela França ao celeste imperio foi rejeitado sem reserva pelo imperador da China. Em consequencia d'isto foram bloqueados os portos septentrionaes.

Constantinopla, 23.—A Porta enviou instrucções aos seus embaixadores, declarando o sultão a competencia das potencias, e invocando o artigo 9.º do tratado de 1856.

Londres, 25.—O banco baixou o desconto a 4 por cento.

Napoles, 23.—O governo annuncia a derrota dos garibaldinos em Monreale.

Paris, 25.—Um despacho recebido em Paris diz que Garibaldi alcançou alguns triumphos.

Constantinopla, 16.—O sultão está gravemente doente.

Labanoff desmente a noticia relativa á concentraçao de tropas russas no Pruth.

HESPAÑHA

No dia 25 do corrente teve lugar em Madrid a abertura das camaras. Na vespera sua magestade a rainha retirou-se de Aranjuez, a fim de pronunciar em pessoa o discurso da abertura. (*El Dia*.)

FRANÇA

«Os ultimos acontecimentos da Sicilia, diz a *Presse*, são diversamente olhados pelas diferentes potencias da Europa; porém não haverá intervenção, nenhuma potencia se interporá entre o rei de Naples e os seus subditos sicilianos. E, pelo menos, o que lord John Russell dou a entender na camara dos communs, respondendo a uma interpeellação de sir Kinglelake, e, acrescentando que, sobretudo, não acreditava na intervenção de Austria, nem da Hespanha. No que diz respeito á Austria, a suposição de lord John Russell parece plenamente confirmada por communicações confidenciaes e instrucções particulares que o gabinete de Vienna ultimamente enviou aos seus representantes nas cortes estrangeiras, e de que a *Independencia Belya* garante e resume o conteúdo. Segundo estas declarações a Austria deseja proseguir n'uma politica de abstenção, em relação ás outras nações. Na Italia ella considera a situação dos ducados como um facto ultimado. Quanto ás outras partes da Peninsula, o gabinete de Vienna limita-se a esperar «que a sabedoria do imperador Napoleão evitara que vistas ambiciosas perturbem a ordem na Europa», alem do que até hoje têm feito. Na Allemanha, a Austria não se desviará da politica que até hoje tem adoptado. Ella quer conciliar os interesses de todos, tanto quanto seja possivel; porém combaterá com todas as forças as infracções das leis fundameetaes da confederação. Finalmente, debaixo do ponto de vista das questões europeas, a Austria, quaesquer que sejam os acontecimentos exteriores, conservarse-ha n'uma attitud expectante, em quanto as suas

fronteiras não forem ameaçadas, ou quando não seja levada a cumprir os deveres que lhe impõe o pacto federal em relação aos seus confederados allemaes.

Um outro documento, que é resposta do gabinete de Vienna á circular do conselho federal suizo, parece confirmar os seus projectos de isolamento. A Austria promette fazer-se representar na conferencia se esta se reunir, com a condição de que a Sardenha não seja admitida; porém pensa que a confederação suiza procederá com mais acerto se se entendesse directamente com o imperador dos francezes.»

AUSTRIA

O imperador de Austria dirigiu em 18 do corrente a seguinte carta autographa a Benedeck:

«A carta regia do 1.º de setembro, pela qual traçei de regular convenientemente os negocios ecclesiasticos dos meus subditos evangelicos, conferindo-lhes novos direitos e novas graças, foi aceita com reconhecimento por uma parte d'elles; porém outros, appellando para a sua consciencia, hesitaram em acolhe-la. Repugna-me o deixar para uma epocha, que ainda vem longe, o fim que tenho em vista, pelo simples facto de que haja opiniões divergentes.

«Todavia para destruir as inquietações mesmo não fundadas, e provar que se não fará violencia alguma ás consciencias, digno-me permitir que as assembleas se formem, que se organisem, para enviarem deputados ás conferencias geraes; que as propostas para a reunião de synodos sejam feitas pelo meu ministro, segundo a base do anno de 1791. Prestarei seria attenção aos votos relativos á composição dos synodos.

«As communiões que já se organisaram ficarão no seu estado actual, outras poderão adoptar os limites das antigas superintendencias. As communiões da confederação helvetica limitar-se-hão á antiga divisão.

«Esta resolução deverá ser levada ao conhecimento dos meus subditos evangelicos como uma nova prova da minha benevolencia paternal, e como protector superior da sua igreja. Ao mesmo tempo concedo pleno perdão. = Francisco José.» (*Gazeta de Vienna*.)

RUSSIA

Os jornaes allemães, e principalmente a *Nova Gazeta do Hanover*, insistem na existencia de uma combinação entre a Inglaterra, Prussia e a Austria a favor da integridade do imperio otomano. Affirma-se porém que a demonstração da Russia, na parte relativa ás questões do Oriente, conservará um caracter puramente pacifico, e que mr. de Brunnow, embaixador da Russia em Londres, já affiançou ao seu governo que o gabinete inglez muito provavelmente não fará opposição alguma a que se proceda a um inquerito sobre a situação dos christãos no Oriente. (*La Presse*.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	758,27	18,9	41,6
3 t.	756,70	24,2	42,3

DIA 26.

Maxima — temperatura	23,0 C.
Minima — — — — —	14,4 —
Ozone (de noite)	4,5
Ozone (de dia)	6,0
Chuva (udometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro)	13,2 —
Altura barometrica correcta	755,1 metros.
Temperatura á sombra	

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	758,37	24,5	47,2
3 t.	757,66	29,9	34,7

DIA 27.

Maxima — temperatura	25,0 C.
Minima — — — — —	13,7 —
Ozone (de noite)	5,5
Ozone (de dia)	4,0
Chuva (udometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro)	11,6 —
Altura barometrica correcta	755,1 metros.
Temperatura á sombra	

O VOLCÃO TAAL

O volcão Taal eleva-se acima das ilhas Philippinas. O archipelago das Philippinas é formado de um grande numero de ilhas de diversas extensões. Em algumas têm os Hespanhoes estabelecimentos; outras apenas são conhecidas. Toda a sua superficie é pouco mais ou menos de 200.000 milhas quadradas. As duas ilhas principaes são Luzon e Nindanao. A parte mais septentrional do archipelago está cerca de 80 milhas de Formosa; ao nordeste, a costa da China dista perto de 300 milhas, e Borneo está a 45 milhas ao sul da ilha mais meridional d'este importante grupo. Todo o archipelago abunda em formações volcanicas. As Philippinas foram descobertas por Magalhães, o famoso navegador, em 1521, e deu-se-lhes o nome de Philippinas, quando Philippe II de Hespanha se apoderou das conquistas de Magalhães. Desde então foi o archipelago conservado pelos hespanhoes.

Em 1762, as tropas inglezas fizeram um desembarque em Manila, que tomaram em dez dias. Obrigaram o governador, que era um arcebispo, a pagar um resgate de 4.000.000 de dollars, e a aceitar a condição de não exercer a pillagem na cidade senão por tres horas. Foi paga em dinheiro a quarta parte da somma estipulada; pelo resto, deu-se uma letra pagavel em Madrid, mas as caixas de Hespanha não quizeram reconhecer uma obrigação de tal natureza. Os inglezes, em consequencia do tratado de Paris, restituíram Manila á Hespanha, depois de uma occupação de dez mezes. Esta famosa expedição foi feita por sir William Draper.

O volcão Taal pertence á ilha de Luzon, aquella onde está Manila, capital do archipelago. Está situado no meio de um lago, cuja circumferencia é pouco mais ou menos de 55 milhas. A ilha ou volcão tem 9 milhas de circumferencia, e levanta-se a 1.667 pés acima do nivel do mar. Toda a ilha está coberta de lava sobre muitas pollegadas de espessura, excepto em certos logares, onde a agua das chuvas impedia que a lava se fixasse, e n'alguns outros, onde se cria uma especie de herva de cinco ou seis pés de altura, que serve de refugio a alguns animaes ferozes. Em 1716, houve uma excellente colheita de algodão na ilha do volcão; mas, a 24 de setembro d'esse mesmo anno, teve lugar uma erupção, que destruiu toda a vegetação e todas as colheitas. Essa erupção durou quatro dias;

as explosões ouviram-se a 40 milhas de distancia, sentiram-se violentos tremores de terra, e as aguas do lago pareciam agitadas por uma tempestade. Todos os peixes morreram, e os que se apanharam pareciam ter sido cozidos; as aguas do lago tornaram-se pretas como tinta de escrever.

Em 1754, houve uma erupção ainda mais destruidora. Quatro cidades ficaram arruinadas. A ilha ficou coberta de trevas, e as cinzas volcanicas chegaram até Manilha. Desde então, isto é, ha um seculo, não tornou a haver uma erupção importante.

O photographo da *Illustrated London News*, que fez para o jornal uma vista do volcão, não concluiu a sua obra sem difficuldade. «Eu estava cercado de vapor sulfureo, escreveu elle, principalmente quando o vento, que muda incessantemente, virava do meu lado. A densidade do vapor era tal, que uma vez os meus dois guias se recolheram precipitadamente na minha barraca em risco de transformar os meus banhos e as mesmas preparações chimicas. Mando-vos tres provas negativas. Desejava mandar-vos outros, mas depois de tres horas de trabalho, o meu banho cobriu-se de uma pellicula preta que adheriu ao colloido e cobria as laminas de manchas, o que me obrigou a abandonar a empresa. Ao nordeste da pequena cratera, vereis um pequeno lago, cujas aguas estão cobertas de um vapor branco como a neve. As margens estão juncadas de uma substancia sulfurea de um branco esverdinhado e crystallizada como o gelo. O effeito que isto produz é verdadeiramente curioso. Tentei descer ao interior da grande cratera, para satisfazer as vossas instrucções relativamente á observação da temperatura e da densidade da agua, porém comecei a transpirar de tal forma, que tive de renunciar ao meu projecto. A descida fez-se por meio de uma corda; um guia, mais habituado do que eu ao calor do volcão, trouxe de lago da cratera uma cabeca cheia de agua, cuja temperatura é de 110 grãos Fahrenheit.»

NOTICIAS COMMERCIAES

Mapa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 23 de maio

DESTINO	BOIS	VACAS	TOTAL	VITELLAS		TOTAL	FICARAM EXISTINDO						TOTAL	CAPRINHOS	CABRINHOS
				BOIS	VACAS		BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL			
Existiam.....	28	—	28	—	—	9	52	30	18	48	—	13	38	—	—
Entraram.....	283	146	429	29	33	62	346	—	—	—	—	—	—	—	—
Mortos.....	251	128	409	29	29	58	360	—	—	—	—	—	—	—	—
Reprovados.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

N.B. Fizeram-se limpezas em duas fursas, em parte.

Casa da administração, em 24 de maio de 1860.—O fiscal, Manuel Antonio de Pena.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 27 de maio

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Perola do Vouga, cahique portuguez, mestre M. V. Soares, de Aveiro em 2 dias, com madeira e louça; 7 pessoas de tripulação.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 14 horas, com fazendas, a G. A. Hancock & C.; 25 pessoas de tripulação, 1 mala, e 241 passageiros.

Flor de Angra, brigue escuna portuguez, capitão A. P. Santo Amaro, de Londres em 13 dias, com assucar, chá e mais generos, a J. de Brito; 12 pessoas de tripulação.

Gunib, vapor russo, capitão G. Koutionski, de Odessa em 21 dias, de Constantinopla em 16, de Malta em 10, de Argel em 6, e de Gibraltar em 2 e meio, com milho e mais generos, a ordens; 55 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é G. Oden, artista inglez. Destina-se para Cork, e vem aqui receber carvão. É da força de 120 cavallos.

Mentor, hiate portuguez, mestre J. de Oliveira, da Vieira em 2 dias, com madeira; 7 pessoas de tripulação.

Santa Martha, rasca, mestre G. Franco, da Vieira em 24 horas, com madeira; 8 pessoas de tripulação.

Guienne, paquete francez a vapor, capitão H. Enout, de Bordeaux em 3 dias, com fazendas, a H. Dubeux; 107 pessoas de tripulação, e 64 passageiros, entre o numero dos quaes vem s. ex.ª o marechal duque de Saldanha. É da força de 500 cavallos.

Senhora da Conceição, cahique portuguez, mestre A. da Cruz, do mar de Cadiz em 6 dias, com peixe salgado; 13 pessoas de tripulação.

Aliança, hiate portuguez, mestre M. Esteves, arribado, com avaria na masteiração, da altura das Berlengas em 9 horas, e de Cascaes em 2, com a mesma carga, tripulação e passageiro, com que saiu d'este porto no dia 24 do corrente com destino para o Porto.

Perlin, brigue norueguez, capitão F. Marcussen, de New Castle em 23 dias, com carvão, á companhia do gaz; 9 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Twoe Cornelissou, patacho hollandez, capitão B. A. Potjer, para Cronstadt, com azeite e cortiça; 8 pessoas de tripulação. Foi registrado hontem, e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Saudade, badeira, mestre M. O. Lirio, para Setubal com cereaes e vasilhame; 7 pessoas de tripulação.

União, hiate portuguez, mestre J. M. Coelho, para Setubal, com encomendas; 9 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Joaquim José Ferreira, José Silveira, maritimos; portuguezes.

Sultan, paquete inglez a vapor, capitão N. Cook, para a barra do Porto, Vigo e Southampton, com fazendas e fructa; 72 pessoas de tripulação, e 97 passageiros.

Algerie, paquete francez a vapor, capitão T. Thummin, para Gibraltar e Marsella, com varios generos; 31 pessoas de tripulação, e 2 passageiros.

DIA 28

Freitas Junior, brigue portuguez, capitão J. F. dos Santos, da ilha de Santo Antão em 29 dias, com café, urzella e mais generos, a J. M. Gonçalves; 14 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 9 horas da noite.

Nova Lembrança, hiate portuguez, mestre J. J. de Oliveira, do Porto em 28 horas, com madeira e mais generos; 7 pessoas, e 1 passageiro, que é José Caetano, negociante, portuguez.

Tentadora, badeira, mestre J. Maria, de Villa Nova de Milfontes em 3 dias, e da Arrabida em 13 horas, com carvão e cepa; 6 pessoas de tripulação, e 5 passageiros, que são: Manuel Ignacio, negociante; José Angelo Botelho, Antonio Tavares, Antonio Maria, artistas; Maria da Assumpção; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Marinha Grande, hiate do arsenal.

Felicidade, hiate do arsenal.

Monteiro, barca portugueza, capitão F. A. dos Santos para o Porto em lastro, 17 pessoas de tripulação, e 17 passageiros, que são: Antonio Gomes, com 1 filho, José Joaquim Pinto, João da Silva Teixeira, Antonio d'Oliveira, João Manuel, lavradores; Antonio José d'Oliveira, Joaquim Antonio Brinquinho, Agostinho Alves Lobo, Marcelino Martins, Miguel Joaquim Barbosa, Manuel Alves, artistas; Antonio José Rodrigues, Antonio Pinto Monteiro, Bernardino José da Cunha Figueiredo, caixeiros; Albino José dos Santos, trabalhador, portuguezes; José Vidal, artista, hespanhol.

Vereening, galeota hollandeza, capitão M. van Noord, para Vlaardingen com sal, e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Guienne, paquete francez a vapor, capitão H. Enout, para a ilha de S. Vicente de Cabo Verde, Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro com fazendas; 107 pessoas de tripulação, e 50 passageiros.

Sousa & Companhia, patacho portuguez, capitão F. J. de Sousa, para a ilha de S. Miguel, com mel e assucar; 14 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: José Pereira, e sua mulher, trabalhador; Maria Alexandrina de Menezes, portuguezes.

Gaditana, vapor hespanhol, capitão F. A. Albicaria, para Vigo, com vinho e mais generos; 29 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: José Maria de Castro, maritimo; Camillo Caetano, soldado, hespanhoes; R. Hanston, sem emprego, inglez. Tafei, patacho portuguez, capitão A. S. Pereira, para as ilhas, de S. Miguel, Terceira e Fayal, com pedra de cal, sal e encomendas; 12 pessoas de tripulação, e 50 passageiros, que são: Fortunato José Bittencourt, João Gonçalves de Mello, com 1 menor, Antonio Pereira Vargas, André da Costa Gullart, Francisco Manuel Ribeiro, José Francisco Dullra, João Gomes, João Pereira Duarte, com 1 irmão, Manuel Leal Soares, José Arruda Estrella, José Tavares de Sá, com 1 irmão; Manuel Borges Escota de Menezes, João Ignacio de Barcellos, com 1 menor, Antonio Joaquim Pacheco, Manuel Paim Pamplona, Manuel José de Simas, Manuel de Avila, Manuel Alexandre Madruga, Antonio Leal Pereira, artistas; José da Rocha Pinheiro com um menor, lavrador; Francisco Gonçalves Ordella, Alexandre Machado Coelho, José Gonçalves Mendes, Antonio Mendonça, Francisco Vargas Avila, caixeiros; João de Deus Severino, Manuel da Rosa Correia, José da Cunha Sousa, maritimos; João Tavares, Francisco Jacinto de Medeiros, Germano da Fonte, José Moreira, Manuel Amaro, Manuel Vieira Serpa Lindinho, Manuel Joaquim Silveira, Antonio Silveiro de Amaral, Victorino Pereira Leal, José Pereira Rosa, Raymundo José, Francisco Rodrigues Neves, trabalhadores; D. Marianna Vieira, Thereza Carolina, Isabel Thomazina, portuguezes; João da Silva Cintra, negociante, brasileiro; J. Benzaat, sem emprego, francez.

S. Vicente, hiate portuguez, mestre J. G. Rodrigues, para Villa Nova de Milfontes, com assucar e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Rapido, hiate portuguez, mestre F. M. da Nova, para o Porto, com barro e encomendas; 8 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Manuel Martinho, trabalhador; Anna Maria Marques, Maria de Jesus, Carolina Augusta, portuguezes.

Iberia, patacho portuguez, capitão P. J. da Nova, para o Havre de Grace, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, para o Porto, com fazendas; 25 pessoas de tripulação, e 248 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 28 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, comandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 26 DE MAIO DE 1860

Serviço das linhas

Da foz do Douro, do dia 25

Entradas.—Portuguezes, vapor *Lisboa*, de Lisboa em 19 horas; hiate *Improvisto*, da Figueira em 4 dias.

Saiu o vapor *Ingles Tonino*, para Southampton. O vapor de guerra portuguez *Lynee* navegou para o sul.

Fôra da barra fica um hiate portuguez. O mar está bom.—O vento esteve NO. regular, agora N. brando.

De Caminha, do dia 25

Entrou o hiate *Recreio*, do Porto, com fazendas. Mar bom.—Vento NE.

De Vianna do Castelo, do dia 24

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 25

Em Espozende no dia 22 entrou o hiate *Camões 3.º*, de Setubal por Vianna, e no dia 23 saíram os hiates *Silencio*, para Setubal por Lisboa, e *Eclipse*.

De Aveiro, do dia 24

Entrou o hiate *Conceição Feliz*, de Villa do Conde em 1 dia, em lastro.

Do dia 25

Não entrou embarcação alguma.

Saídas.—Portuguezes, cahiques *Senhora da Boa Morte*, para Olhão, com madeira e 8 passageiros; *Perola do Vouga*, para Lisboa, com madeira; rasca *Moreira*, para o Porto, com sal; *Flor de Aveiro*, para Lisboa, com taboado e 2 passageiros.

Do Figueira, do dia 25

Entradas.—Portuguezes, hiate *Senhora das Neves*, de Villa do Conde, com milho; rasca *Senhora do Pilar*, do Porto, com varios generos; cahique *Bom Fim*, do Porto, em lastro.

Saídas.—Portuguezes, rasca *Santa Maria*, para Lisboa, com varios generos; cahiques *Senhora do Rosario*, para Olhão, com varios generos; *Senhora do Rosario* e *Bom Fim*; ambos para Cezimbra, com sal. O mar